



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE PEDAGOGIA**

**REJANE SOUZA COSTA MATOS**

**REDES DE COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA**

Salvador  
2013

**REJANE SOUZA COSTA MATOS**

**REDES DE COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA**

Monografia apresentada ao Colegiado de Pedagogia da Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para conclusão do Curso de Pedagogia.

Orientação do Prof. Dr. Eduardo Oliveira.

Salvador

2013

**REJANE SOUZA COSTA MATOS**

## **REDES DE COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA**

Monografia apresentada ao Colegiado de Pedagogia da Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para conclusão do Curso de Pedagogia.

Salvador, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2013.

### **Banca Examinadora**

---

**Profa. Dra. Teresinha Fróes Burhan**

Professora da Faculdade de Educação - FACED da UFBA

---

**Profa. Mst. Claudia Rozzo Sandoval**

Pesquisadora do Grupo de Pesquisa da Redpect-UFBA

---

**Prof. Dr. Eduardo David de Oliveira (Orientador)**

Professor da Faculdade de Educação - FACED da UFBA

*A Raimunda, minha mãe, por todo nosso amor.*

## AGRADECIMENTOS

Considero essa etapa da minha vida como uma das mais marcantes, pois na elaboração da monografia pude constatar uma oportunidade que eu ainda não reconhecia possível, a de produzir um texto com as temáticas que mobilizam minha existência. A concretização desse trabalho é uma etapa que se realiza. Não o elaborei sozinha, recebi a ajuda de pessoas que, de forma direta ou indireta, contribuíram para seu nascimento e meu renascimento.

Primeiramente, agradeço ao Mãe/Pai Maior que nos momentos de intensa solidão e profundo silêncio me fez sentir acompanhada, pois passei por muitas dificuldades para realizar essa etapa que não é somente minha, mas da minha família. Nesta incluo os amigos maravilhosos. Agradeço e dedico a todos e todas que acreditam em um mundo melhor, justo, no qual consumir não signifique explorar o outro, destruir o planeta e permitir que milhões passem fome para que fortunas sejam acumuladas.

Agradeço a minha 'mamãe' Raimunda Matos, 'Raio de Sol' brilhante da minha existência, que acreditou em mim e sacrifícios fez em tolerar minha ausência ao seu lado, para que eu andasse nos caminhos que escolhi.

A cada um dos meus irmãos, de forma especial, sobrinhos (as) que tanto amo e alegria me dão.

Ao meu pai, em quem sempre me espelhei em honestidade e lealdade, pelo sentimento de proteção e cuidado e por sempre torcer, ao seu modo, pelo meu sucesso.

Aos grandes amigos e amigas, companheiros e companheiras de jornada, fora e dentro da faculdade, que pude cultivar. Inclusive na Defesa Civil de Salvador onde comecei estagiando.

A Gilberto Campos, amigo paciente, ensinando-me a confiar na inteligência que me cabe, incentivador no processo de execução da monografia.

A Lisiane Alves, a menina mais generosa, amiga e compromissada que conheci. A M<sup>a</sup> Vitorina, que depositou tanta confiança neste trabalho.

Aos companheiros de Redpect, que me permitiram vivenciar experiências

formativas, nas reuniões de grupo e orientações, quando pude colher a contribuição de todos, especialmente Cláudia Roza, que colaborou para o melhoramento da monografia e a querida companheira de pesquisa Rosângela Viana.

Ao meu orientador, Eduardo Oliveira (Duda), pela paciência, confiança e dedicação nas orientações e execução desse trabalho, e, principalmente, pelo acolhimento quando eu o procurei. Toda minha admiração. Eu não faria sem a sua ajuda.

Enfim, agradeço a todos que, direta e indiretamente, estiveram presentes durante os meus anos de graduação, contribuindo para o meu crescimento pessoal e profissional, me apoiando e torcendo pelo meu sucesso.

Muito Agradecida!

“[...] eu não posso pensar pelo outro, eu não posso pensar para o outro. Eu só posso pensar com o outro. Porque ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, todos nos libertamos juntos. [...]”

Euclides Mance

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar um estudo atento acerca das redes de colaboração solidária, no contexto da economia solidária e suas implicações na dimensão econômica e os desdobramentos na dimensão política e cultural. Partimos de um estudo acerca da revolução das redes iniciado com a conceituação e breve panorama contextual acerca da temática, para então apresentar o sistema organizativo de redes em seu conceito mais geral até suas características, conexões e os pressupostos filosóficos que embasam as produções do professor Euclides Mance. Isto no intuito de alargar a compreensão sob sua ótica à respeito da economia solidária. O autor discute economia solidária e agrega com o princípio da alteridade a consistência necessária.

**Palavras-chave:** Economia Solidária; Educação; Solidariedade; compartilhamento; Redes de Colaboração Solidária; Bem-viver; Alteridade; Revolução das Redes.



## **ABSTRACT**

The object of this work is to present an attentive study about the networks of solidary collaboration, in the context of solidarity economics, their implications in the economic dimension, and their reverberations in the political and cultural dimensions. We present a study about the revolution of networks, beginning with a conceptualization and brief contextual panorama about the topic, and ending with a presentation of the organizational system of networks in their more general sense, from their characteristics and connections to the philosophical assumptions that form the foundations of the work of Professor Euclides Mance. This is done with the aim of amplifying understanding his vision with respect to solidary economy. Mance discusses solidary economy and contributes the principle of alterity which gives legitimacy and consistency to his intellectual works.

**Key Words:** Solidary Economics; Education; Solidarity; Sharing; Networks of Solidary Collaboration; Good-Living; Alterity; Revolution of Networks.

## LISTA DE SIGLAS

ECOSOL – Economia Solidária

EPESS – Escola Permanente de Educadores Sociais de Salvador

FAPESB – fundação de amparo à pesquisa do estado da Bahia

FAO – Food and Agriculture Organization

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

IFIL – Instituto de Filosofia da Libertação

NUDEC – Núcleo de Colaboradores em Defesa Civil

PDCE – Projeto Defesa Civil na Escola

PDCI – Projeto Defesa Civil Itinerante

REDPECT – Rede Cooperativa de Pesquisa e Intervenção em (In) formação,  
Currículo e Trabalho

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2.</b>	<b>ECONOMIA SOLIDÁRIA</b> .....	<b>16</b>
2.1	INTRODUÇÃO ÀS REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	16
2.2	A REVOLUÇÃO DAS REDES.....	27
<b>3.</b>	<b>REDES DE COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA</b> .....	<b>38</b>
3.1	FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DAS REDES DE COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA .....	38
<b>4.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>50</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>53</b>
	<b>APÊNDICE</b> .....	<b>55</b>
	APÊNDICE 1 - Roteiro de entrevista: rede de colaboração solidária e educação .....	55

## 1 INTRODUÇÃO

No decorrer do tempo, as discussões sempre ligadas aos movimentos de princípios colaborativos e solidários como os de economia solidária, permeada de atividades laborais, estágios, estudos e pesquisa, ações e mobilizações comunitárias, se intensificaram inicialmente em função do estágio desenvolvido entre 2008 e 2009 na Defesa Civil de Salvador. A organização básica das ações de Defesa Civil é constituída em quatro pilares: prevenção, preparação, resposta e reconstrução. Especificamente o estágio realizou no Setor de Ações Educativas e Articulações Comunitárias – SAEC, um dos setores componentes do pilar de prevenção.

Diversas são as atividades desempenhadas neste setor específico como elaboração, coordenação, execução de projetos, como por exemplo, o Projeto Defesa Civil na Escola – PDCE, Núcleo Comunitário de Defesa Civil – NUDEC e o Projeto Defesa Civil Itinerante – PDCI. Todos os projetos envolvem ação direta da equipe com a comunidade, promovendo a formação para os membros das escolas envolvidas e as lideranças comunitárias locais.

Cada participação durante o curso e a experimentação, sejam as reflexões desenvolvidas ao longo dos seminários, oficinas, eventos, pesquisas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, das discussões e reuniões de grupo de pesquisa a Rede Cooperativa de Pesquisa e Intervenção em (In) formação, Currículo e Trabalho - REDPECT, da qual faço parte hoje, além dos contatos com as comunidades durante estágio e na pesquisa, como no Alto da Sereia durante as atuações em campo na pesquisa PIBIC, serviram de aproximação dos movimentos sociais e do público que contribuíram para a escolha deste foco de pesquisa.

Este trabalho apresenta as reflexões sobre questões econômicas que afetam diretamente a nossa vida e nos remete para além das práticas de produção e consumo. A característica visionária identificada na trajetória de militante do autor contribuiu na sua observação de questões práticas. A partir dela estrutura um sistema organizativo que aponta possibilidades concretas de um mundo diferente daquele que conhecemos. Para tanto, faz-se necessário um padrão solidário. É sobre essa base que se organiza o sistema de redes de colaboração solidária.

O professor Euclides Mance demonstra a garantia de realização de um padrão solidário nas relações humanas, partindo de uma investigação dos princípios e conceitos oriundos da Filosofia da Libertação, o qual opera a partir da alteridade, esta é outra leitura de mundo necessária para afirmar a dignidade humana e o direito à ampla realização das liberdades eticamente exercidas.

Interessa encontrar as alternativas concretas para uma sociedade pós-capitalista nos trabalhos do autor. Primordialmente por surgir da práxis dessa sociedade de onde o debate cresce e a experiência ensina. Exatamente nas periferias e organizações populares que, não por acaso, poucas vezes ecoam e mesmo assim proporcionam formas de pensar a realidade.

Para alcançar o intento, realizamos um estudo bibliográfico das obras de Euclides André Mance, para apresentar a consistência das construções teóricas do seu discurso atrelado à prática. Concentramos o estudo em conceitos, características e fundamentos da rede de colaboração solidária. Assim, permiti uma visão ampliada da base teórica proposta.

A princípio faz-se necessário saber mais sobre o professor Euclides André Mance. Ele nasceu na cidade de Mogi das Cruzes em 1963, São Paulo, pesquisador da práxis, centrado na relação social. Pesquisar para Mance significa compartilhar experiências, estar com os sujeitos de interesse da pesquisa. Por isso, parte de investigações da práxis social e do que exigem essas vertentes no aperfeiçoamento das iniciativas emancipatórias e de sobrevivência. Portanto, entende que o sujeito histórico da revolução e da elaboração teórica são as classes populares.

Euclides André Mance<sup>1</sup> é educador popular, pós-graduado em Antropologia Filosófica e Educação pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Foi professor de Lógica e Filosofia da Ciência nessa mesma Universidade, sendo membro do Núcleo de Estudos Latino-Americanos do Setor de Ciências Humanas dessa Instituição. Leciona Filosofia da Linguagem e Filosofia Latino-Americana em instituições de ensino superior em Curitiba. Sócio-fundador do Instituto de Filosofia da Libertação – IFiL, presidiu essa entidade no período de 1995 a 1998. Colaborador da Rede Brasileira de Socioeconômica Solidária é responsável pela criação do Portal Web Solidarius sobre Economia Solidária, que coopera como interface virtual de articulação, apoio e difusão de práticas de redes solidárias.

---

<sup>1</sup> Dados Biográficos: <http://www.solidarius.com.br/mance/>

A sua produção é fruto de uma trajetória intelectual, desde os anos 80 e do engajamento nos movimentos sociais, populares, pastorais. O exercício da sua argumentação filosófica, articulada com o pensamento e a ação, o autoriza a repensar conceitos e engendrar sua filosofia acerca da economia solidária. Em 1999 publica seu primeiro livro "*Revolução das Redes*"; destes está produzindo o "*Redes de Colaboração Solidária*" (2002); no ano seguinte "*Como Organizar Redes Solidárias*" (2003); na sequência, 'Fome Zero e Economia Solidária' em 2004 e o último livro "*Constelação Solidarius*" que já é uma produção recente de 2008. Mantém suas publicações como artigos e livros disponíveis no site denominado 'Slidarius'<sup>2</sup>.

Intelectual envolvido com os movimentos sociais, estudioso da Filosofia da Libertação fez a opção de estudar os aspectos econômicos, os fluxos materiais, informativos que impedem as maiorias de exercer ou ampliar o direito à liberdade pública e privada.

Euclides André Mance, filósofo e fundador do Instituto de Filosofia da Libertação (Curitiba, Brasil). Lecionou Filosofia da Ciência e Filosofia na América Latina, na Universidade Federal do Paraná, na década de 80. Atuou como consultor em projetos para a *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (UNESCO) e da *Food and Agriculture Organization*<sup>3</sup> (FAO), ao desenvolvimento sustentável. Ele criou e mantém o *Portal Solidarius*<sup>4</sup>. O portal não tem fins lucrativos a partir da iniciativa autogestionária da economia solidária. A missão é colaborar na difusão e consolidação da economia solidária em qualquer região ou país. A função é agregar no virtual em redes colaborativas os empreendimentos, redes, comunidades e governos, oferecendo serviços de educação, consulta, pesquisa e desenvolvimento, inovação de metodologia e provimento de tecnologia da informação. Conta com serviços especializados de colaboradores formados em diversas áreas competentes para oferecer soluções aos diversos problemas e desafios dos clientes e usuários. O perfil dos utilizadores destes serviços é bastante variado como empresas, governos, redes colaborativas de economia solidária e comunidades. Dentre os serviços oferecidos o portal também dispõe de ferramentas de tecnologia da informação gratuitas que

---

<sup>2</sup> Endereço eletrônico do Slidarius: <http://www.solidarius.com.br/>

<sup>3</sup> Organização para a Alimentação e Agricultura.

<sup>4</sup> [www.solidarius.com.br/mance](http://www.solidarius.com.br/mance)

asseguram um ambiente virtual para empreendimentos de economia solidária, redes colaborativas em geral, bancos comunitários, comércio eletrônico solidário, cooperativas de compras, grupos de trocas com moedas sociais, sistema de intercâmbios econômicos solidários, educação a distância e outros. No campo da educação os serviços são variados como cursos na modalidade presencial, semi-presencial ou à distância. Presta ainda consultoria em temas relacionados à economia solidária, desenvolvimento territorial, geração de trabalho e renda, organização e gestão de redes colaborativas.

O portal presta importante serviço de apoio ao desenvolvimento da economia solidária, pois somente ele tem ferramentas que atendem necessidades específicas nesta área e com isso fomenta a formação de uma comunidade de usuários.

Além dos Empreendimentos Solidários, da Comunidade de Usuários o portal também hospeda a Comunidade de intercâmbios econômicos. Experiência internacional iniciada em 2007 sob a autogestão. O objetivo é que os usuários possam fazer intercâmbios de produtos e serviços em qualquer parte. Para integrar a comunidade os membros devem obter uma conta que os habilita fazer transações, sendo que os valores dos produtos são mensurados com base nos créditos solidários resultado de doações dos usuários ao Fundo Mundial de Economia Solidária que também é autogestionado. Assim, o portal é mantido, observando o princípio de solidariedade que garante ao que tem menos doações poderem também utilizar o serviço.

A obra filosófica e econômica sobre redes colaborativas no campo da economia solidária tem tradução em vários idiomas, com artigos e livros acessíveis no portal citado.

O instituto sediou os estudos acerca da Filosofia da Libertação, liderado pela iniciativa do professor que montou o portal virtual com nome de Solidarius para hospedar empreendimentos de Economia Solidária. O Software utilizado funciona sobre plataforma Livre, ou seja, não há cobrança para utilização do produto. Através dele oferece consultoria e formação a distância. As formações são de conteúdos voltados para as estratégias de rede de colaboração solidária.

A escolha do autor justificada, seguimos com o estudo da economia solidária. Fazemos um recorte da estrutura das redes de colaboração solidária e apresentação de subsídios teóricos e filosóficos, para atingirmos o entendimento das implicações e tensões presentes na inclusão dos trabalhadores e trabalhadoras nas redes

solidárias e a necessidade de subjetivações potentes que contribuam com a formação de uma cultura solidária para dar sustentabilidade à rede, além da dimensão econômica, desdobrando-se nas dimensões social e cultural.

O diferencial nos estudos do professor Euclides Mance está no seu trabalho analítico acerca dos fundamentos da organização da sociedade sob as bases do neoliberalismo. Crítica competente que faz, contribuído com propostas aos problemas, mas também, aponta alternativa, desenvolvendo metodologia de funcionamento do sistema organizativo inovador.

No primeiro capítulo temos uma reflexão introdutória acerca da Economia Solidária como alternativa viável, o conceito e estratégia de Redes de Colaboração Solidária como alternativa pós-capitalista e sistema organizativo inovador.

No segundo capítulo está o aporte teórico do filósofo Euclides André Mance, considerado como referência na discussão acerca do tema Economia Solidária, na perspectiva do bem-viver, fruto de reflexões da Filosofia da Libertação. Deste modo, estudamos sua produção no intuito de expor o cerne de suas ideias e implicações na formação de uma cultura solidária.

As considerações finais traz a síntese da discussão desenvolvida ao longo dos capítulos, e demonstramos argumentos acerca da relação e importância da Educação neste movimento e desdobramentos para a construção de outra ordem social como a pós-capitalista. Tratamos ainda dos limites e aberturas encontradas para a continuação da pesquisa.

A bibliografia é composta de referências publicadas em livros e artigos científicos, disponíveis impressos ou on-line, para o enriquecimento teórico da pesquisa.



## 2. ECONOMIA SOLIDÁRIA

### 2.1 INTRODUÇÃO ÀS REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

O debate sobre o tema da Economia Solidária à luz dos estudos desenvolvidos em torno das redes de colaboração solidária, significa para nós singularizar, atualizar e evidenciar o centro de sua complexidade. Apresentamos a contribuição valiosa do filósofo contemporâneo Euclides André Mance<sup>5</sup> que agrega outros e novos estudos à problemática. A militância nos movimentos sociais e de economia solidária refletem seu compromisso de estudo no âmbito da economia e competência para delinear práticas. Inicialmente, apresentamos como a temática compôs também o interesse de pesquisa na realização desta monografia e em seguida propomos uma contextualização introdutória acerca da economia solidária e redes.

O interesse pelo tema constituiu-se após dois anos de estágio na Defesa Civil de Salvador envolvendo, entre outras ações, a mobilização e formação comunitária. Concomitantemente, participamos do Curso de Extensão para Educadores Sociais. A formação oferecida em 2010, pelo Projeto Escola Permanente de Educadores Sociais de Salvador (EPESS), foi uma parceria entre Universidade Federal da Bahia - UFBA, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia FAPESB e outras iniciativas de fomento inclusive internacionais. A EPESS constituiu-se a partir da experiência prática no Projeto Educadores Sociais de Salvador (PESS). Desde 2006 realiza ações de caráter formativo com grupos ligados aos movimentos sociais, agentes sociais das comunidades de Salvador e região metropolitana. A metodologia baseia-se na educação popular. O antigo PESS, agora EPESS, tem estratégia central de afirmação do bem-viver de todos e de todas e pretende contribuir para afirmação de estratégias de desenvolvimento local através da formação humana, técnica e política. Ainda articula o crescimento de redes de colaboração solidária e, portanto, visa oferecer subsídios instrumentais aos envolvidos para que possam atuar no desenvolvimento sustentável de suas

---

<sup>5</sup> Filósofo, um dos principais teóricos da Economia Solidária e da discussão da filosofia da libertação na América Latina.

comunidades. O curso oportunizou vivências que colaboraram para conhecimento de alternativas consistentes e antagônicas ao sistema capitalista e conseqüentemente de combate à exclusão social e invisibilização da miséria que oprime camadas cada vez maiores da sociedade baiana.

Com caráter itinerante o curso de extensão da quarta turma do projeto iniciou o trabalho no segundo semestre de 2009. A formação oferecida pela EPESS proporcionou elementos para reflexão e ao mesmo tempo questionamentos acerca de diversos temas, entre eles, a economia solidária. O envolvimento com o espaço, o lugar, os participantes, os formadores, as comunidades, todos implicados nas ações solidárias de cooperativa, empreendimento, iniciativa ou organização de caráter social viabilizaram experiências e dúvidas acerca do conceito de economia solidária.

A habilidade do formador em questão, autor da estratégia de Redes de Colaboração Solidária, delinea a consistência da proposta e os princípios defendidos para fundamentar a busca pelo 'bem-viver'. Isto é, a partir da prática solidária, horizontes para outra sociedade é possível, tendo as relações humanas como pano de fundo. Antagônica ao sistema de exclusão hegemônico, a alternativa constitui enfrentamento estratégico que brota dos movimentos populares.

Na década de 80 ao refletir sobre as condições e possibilidade do exercício da liberdade, na crítica realizada ao neoliberalismo e, portanto, em que medida as teses neoliberais eram contraditas pela própria realidade, foi a análise das condições materiais do exercício da liberdade, as condições políticas, as condições informativas, educativas e também a dimensão ética que originou a reflexão que possibilitou a construção de uma noção de 'bem-viver' como a realização da liberdade, quando essas condições e possibilidades são asseguradas da maneira mais justa e solidária possível.

Propor este estudo significa a oportunidade de refletir entre alternativas possíveis para a exclusão social e a perpetuação da miséria vivenciada pelas maiorias; discernir entre a realidade para cada um e para todos nós em sociedade. Implica reflexões enquanto cidadãos e professores no exercício da função social que nos cabe em todo e qualquer espaço e da qual não podemos nos eximir.

Para tanto, reportamo-nos a origem das ideias e práticas de liberdade, de cooperação, de igualdade e autogestão e vivência desses princípios e encontramos entre experiências sociais de tribos sul-americanas, pré-colombianas, particularmente brasileiras (NUNES, 2009:32,33). Conforme Nunes (2009:32,33)

vivia-se o comunismo primitivo (Nunes 2009, apud MARX, ENGELS, 2002) em que todos cooperavam com o provimento das necessidades da comunidade sem divisões de classe ou Estado organizado. A autodeterminação e a liberdade davam a tônica da vivência dos agrupamentos.

A professora Noëlle Marie Paule Lechat<sup>6</sup> explica o surgimento dos fenômenos sociais e tras uma analogia para ilustrar. Utiliza a investigação acerca da nascente do rio Nilo. Ele possui várias nascentes em vez de apenas uma. A visão antropológica que nos empresta indica o caráter processual e dialético da História que não nos permite, da mesma forma, demarcar um único surgimento para os fenômenos sociais com início datado e registrado. A antropóloga refere-se aos processos históricos prolongados que se montam e remontam, sendo interpretados e reinterpretados, e a cada tempo ressurgem com novas condições sócio-históricas e a depender do momento histórico adquire maior relevância para determinado grupo, que o confere reconhecimento público, político e finalmente legal da problemática em questão, ou seja, as práticas e movimentos baseados em colaboração e solidariedade remontadas através dos tempos, hoje denominados de economia solidária. Vemos no resgate destes princípios e valores várias interpretações da alternativa estruturalmente antagônica ao sistema hegemônico capitalista que rege as relações sociais baseado nos valores econômicos gerados e na capacidade de acumulação.

Conforme (Mance, 1999:32) parte-se do princípio que as alterações nas relações sociais de produção se deram em determinados momentos da história e foram provocadas pelo desenvolvimento das forças produtivas. Como podemos verificar com a passagem do sistema feudal para o capitalismo. As navegações trouxeram o aprimoramento do comércio marítimo movimentando as cidades, fazendo florescer uma outra camada enriquecida da sociedade a partir dessas mudanças. As descobertas científicas e tecnológicas, aplicadas ao processo produtivo nas manufaturas concentradas nos burgos deram início a uma revolução econômica. No lugar das relações econômicas hierarquizadas do sistema feudal de concessão de uso da terra, produção agrária e de impostos, os então primeiros

---

<sup>6</sup> Professora de Antropologia na UNIJUI (RS). Doutoranda em Ciências Sociais, IFCH – UNICAMP. Orientadora, Professora Doutora Maria Suely Kofes. noel@unijui.tche.br. Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares dia 20/03/2002. <sup>6</sup>Publicação no sítio: <http://turbulence.org.uk/turbulence-1/solidarity-economics/> acesso em: 20.08.2011.

‘capitalistas’ passam a impor novas relações produtivas. Os trabalhadores passam por contratação para obter salários e confeccionar as mercadorias, gerando acúmulo de excedentes frutos da produção laboral.

Ainda na tentativa de identificar as práticas solidárias, com base nos registros históricos, percebemos na Inglaterra e mais tarde na Europa Ocidental do século XIX, ações de cooperação característico da economia solidária, indicando neste período as suas primeiras configurações enquanto movimento social. O contexto de luta coletiva durante a Revolução Industrial originou organizações como sindicatos e cooperativas, a exemplo da Rochdale na Inglaterra para exigir garantias políticas e sobrevivência para os trabalhadores (NUNES, 2009, p.42).

Desde os primeiros registros de práticas capitalistas grandes desdobramentos e transformações já aconteceram no campo da economia, transformando as relações de produção e do mundo da cultura, que desembocaram em mudanças políticas. Mance (2008) destaca que a tecnologia assume papel central na base dessas transformações.

Desde a primeira revolução a partir do desenvolvimento das forças produtivas e atreladas ao aprimoramento das tecnologias, gerou-se alteração nas relações da sociedade produtiva. A segunda revolução cultural gerou novos conceitos da ordem das ciências, da filosofia, da arte e religião. Por fim, a revolução política, gerando nova configuração de poder no Estado.

Para contextualizar a economia solidária no Brasil, o professor situa<sup>7</sup>:

Nos anos 90 ganha corpo no Brasil um crescente movimento de economia solidária, centrado na autogestão de iniciativas econômicas pelos trabalhadores que se integram em fóruns e redes locais e nacionais, apontando para uma concepção de desenvolvimento sustentável, realimentada por uma rica produção teórica sobre o tema a partir da prática efetiva dos atores desse movimento, aprofundando-se questões relacionadas à ética na economia e a construção de sociedades pós-capitalistas.

Cabe mencionar nesse campo os trabalhos de Paul Singer (Uma Introdução à Economia Solidária, 2002), Marcos Arruda (Humanizar o Infra-Humano, 2003), Euclides André Mance (A Revolução das Redes, 1999) e Luis Inácio Gaiger (Formas de combate e de resistência à pobreza, 1996).

---

<sup>7</sup> MANCE, Euclides André. El pensamiento filosófico brasileño. Publicado em: Dussel, Enrique, Eduardo Mendieta y Carmen Bohórquez (editores). *El pensamiento filosófico latinoamericano, del Caribe y "latino" (1300-2000)*. Historia, corrientes, temas y filósofos. México, CREFAL / Siglo XXI Editores, 2009, p. 495-517 .

As mudanças na dimensão cultural, política, decorrem das alterações na base produtiva, na recomposição da divisão internacional do trabalho, na adoção das ideias neoliberais e processo de globalização em curso. No decorrer dos séculos, o capitalismo produziu paulatinamente mais esgarçamentos no tecido social, fundamentalmente no momento atual, o que fomenta a necessidade de novas alternativas. Grande é a preocupação em torno das tentativas de minorar os níveis de desemprego. Consideremos, ainda, o agravamento do quadro pela automação e tecnologias desenvolvidas que desocupam trabalhadores e trabalhadoras impossibilitados de aproveitar o tempo livre por não terem satisfeitas necessidades materiais básicas. A globalização nos moldes que conhecemos apenas ampliou os mercados, sem, contudo promover de fato uma circulação de oportunidades ou conhecimentos provenientes dessa aproximação dos povos e de culturas potencializados pelos mesmos avanços tecnológicos, inclusive na comunicação.

Os valores do sistema capitalista apresentam-se como concepção de mundo hegemônicos, em função de sistemas semióticos potentes, agenciando desejos e necessidades, a fim de garantir privilégios a poucos, às custas das maiorias excluídas. Tudo e qualquer coisa é mercadoria - lei e princípio básico do sistema para o qual todos os fluxos tem valor de troca. As transformações no mundo social são evidentes e exigem outra ótica que permitam alternativas.

A tematização do caráter, das possibilidades e dos limites do movimento denominado economia solidária propriamente dita é um fenômeno recente. Existem vários vieses para entender a economia solidária. Para Mance alguns a definem como prática de geração de trabalho e renda, permanecendo nesta esfera econômica. Outros a interpretam como um modo de produzir para atender às necessidades das pessoas, respeitando o ecossistema e a cultura das comunidades. Visões de desenvolvimento ecológico, cultural e econômico. Há os que a enxergam como política pública, para gerar emprego e renda, isto é, a economia solidária como setor econômico, ainda mantém definida o bem viver das pessoas, garantindo que todos tenham acesso ao consumo e ao trabalho. A economia solidária é complementar aos outros setores.

Há, no entanto, aqueles que negam esta complementaridade e afirmam a necessidade de legislação própria, pois prevê o seu desenvolvimento com potencial para subverter os demais setores, que implica a expansão de um outro sistema econômico. A economia solidária é um novo modo de organização de produção da

vida e do trabalho porque abole as estruturas capitalistas de produção. E defende a autogestão. Em tese, nela não há contradição entre quem produz e quem possui os recursos de produção. Não há patrão e empregados. A lógica muda na medida em que propõe o equilíbrio sustentável, dispõe do enfrentamento para alcançar as propostas via as transições necessárias. A Economia Solidária é reconhecida como eixo de luta ou eixo sinético de onde desencadeiam a sinergia dos atores com capacidade para aglutinar seguimentos em torno de questões concretas de moradia, trabalho, e consumo. Outra característica, insistimos, é o enfrentamento das estruturas capitalistas, e o conseqüente combate à lógica da acumulação, promovendo a distribuição de poder, entre todos que decidem. A quarta característica fundamental é a criação de uma outra forma de organização da economia. Assim, atende demandas imediatas, aglutina eixos de luta, promove o enfrentamento das estruturas do capitalismo e mais, cria o novo, gera outra forma de poupar, produzir, consumir, de organizar os circuitos e a realidade econômica.

Mance afirma que a economia solidária pode reproduzir o capitalismo se não estiver organizada em rede colaborativa e solidária, como real alternativa ao capitalismo (MANCE, 1999).

A formação de Rede implica em desenvolver mecanismos que corrijam as debilidades da democracia formal. Para tal é preciso agir com autonomia, avançando via construção participativa onde os indivíduos em sociedade disponham de liberdades públicas e privadas, eticamente orientadas (MANCE, 2002, p. 143). No entanto, alcançar autonomia depende necessariamente dos bons fluxos de informação indispensáveis no processo de fortalecimento da democracia.

Para Mance não há iniciativa efetivamente de economia solidária caso as formas como os fluxos circulam não ampliem as liberdades públicas e privadas. Para ele deve importar como os fluxos econômicos ampliam as liberdades, isto é, como o fluxo econômico garante a libertação econômica das pessoas. Caso não exista esta perspectiva não existe economia solidária. Declara que a relação existente entre a economia solidária e o bem-viver e que a transformação necessária para a ampliação desta outra sociedade está a cargo da cultura, da consciência, da ética. Valores que constituem a categoria filosófica do bem-viver. Categoria que dá sentido às transformações em busca da liberdade, isto é, o fundamento ético da economia solidária.

Assim, a partir da análise semiótica da categoria do bem-viver, desenvolvida a partir de conceitos da Filosofia da Libertação<sup>8</sup>, afirma que o modelo hegemônico não assegura ou contribui para a expansão das liberdades públicas e privadas; acelera a destruição dos ecossistemas; aumenta a população que passa fome no mundo; amplia brechas tecnológicas entre pobres e ricos em escala planetária; enfraquece a democracia subordinando-a ao fluxo de capitais financeiros.

A dinâmica da rede cuja dimensão transcendente é alicerçada na categoria do bem-viver e constitutiva da cultura solidária pressupõe felicidade, considerando que o paradigma sobre qual opera é o da abundância, com disponibilidade de meios ao atendimento das necessidades e desejos humanos (Mance, 2002, 166).

Existem, historicamente, referências quanto aos princípios e valores que regem a economia solidária e dão suporte a essa atividade vivenciadas de forma diferente de acordo com a realidade de cada experiência construída cotidianamente. Para discutir acerca da economia solidária é preciso qualificar os conceitos existentes.

Assim, o termo **economia solidária** resulta de um processo de construção teórica desenvolvido por estudos e pesquisas que tentam desenhar um novo modelo para compreender e tornar a economia radicalmente alternativa àquela proposta pelo capitalismo gerador de pobreza e desigualdades crescentes ao longo de sua história. Compreensões variadas também compõem esse contexto. Alguns seguimentos a definem como a base material do socialismo democrático, ou ação econômica que instaura e expande novo modo de produção pós-capitalista; outros como igreja e organizações não-governamentais – (ONGs) acentuam seu caráter gerador de trabalho, renda e inclusão social; lideranças políticas entendem como alternativa ao capitalismo e aos danos gerados; movimentos sociais destacam o papel da representatividade nas mudanças políticas e econômicas do país; outros ainda a entendem como empreendedorismo social que minimiza a exclusão social ou ainda concepções que a definem como práticas de desenvolvimento sustentável e integral. Mance (2008), no entanto, conceitua a economia solidária como uma prática de articulação entre produção e consumo para o desenvolvimento sustentável que gera renda e trabalho, num sistema de redes socioeconômicas colaborativas com objetivo centrado no bem-viver. Podemos dizer que as

---

<sup>8</sup> A Filosofia da Libertação é um movimento filosófico latino-americano, nascido no final dos anos 60, em meio as ditaduras militares e ao populismo que assolaram o continente, como resposta crítica à realidade de opressão dos povos latino-americanos.

características principais identificadas são a participação coletiva; a autogestão; a democracia; o igualitarismo; a cooperação; a intercooperação, a auto-sustentação, o desenvolvimento humano e a preservação do equilíbrio do ecossistema.

Mance (2008) quanto ao conceito de economia solidária diz:

Pode-se dizer que o objetivo principal da economia solidária é a reorganização social das ações de consumo, comércio, produção, serviço, finanças e desenvolvimento tecnológico de modo a promover a realização humana de cada pessoa, assegurando-lhe as definições materiais satisfatórias para o exercício ético de sua liberdade, de forma ecologicamente sustentável, socialmente justa e economicamente viável, pelo exercício pleno da democracia na esfera econômica. Sob a perspectiva histórica, podemos afirmar que, expandindo-se estrategicamente em redes colaborativas, a economia solidária tende a se converter em um novo modo econômico de produção, suprimindo sistematicamente a contradição entre capital e trabalho, posto que na economia solidária não há patrões ou empregados e que os trabalhadores são os proprietários das fábricas ou empresas em que atuam, decidindo, democrática e autogestionariamente, tudo o que a elas se refira ou que diga respeito às redes colaborativas de que façam parte (MANCE, 2008, p. 112).

Aqui, vai além das práticas de economia solidária como antagônicas ao modelo capitalista, mas estabelece pilares para uma proposta de sociedade pós-capitalista, isto é, a prática do consumo solidário, a produção centrada na colaboração solidária e o conceito de bem-viver. Assim, o elemento articulador fundante denominado colaboração solidária é o diferencial político fundamentado na experiência histórica potencializada para além de mera resistência ao modelo vigente. Para o autor:

[...] Colaborar solidariamente é afirmar de maneira prática a proximidade como sentido de consistência. Assim, quando atuamos de maneira solidária em redes de colaboração não apenas estamos fortalecendo a expansão das liberdades públicas e privadas, mas afirmando um novo projeto de sociedade – nas esferas econômicas, políticas e culturais – centradas na promoção do bem-viver de todos, considerando suas felicidades e tristezas, e atuando estrategicamente para que todos possam gozar a vida. (Mance, 200, p.166)

Portanto, colaboração consiste no vínculo necessário com a formação de redes. Está entendida como um modelo organizativo concreto de intercâmbio, de conexão das iniciativas que promove:

[...] uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nódulo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos. Um princípio



básico dessa noção de rede é que ela funciona como um sistema que se auto-reproduz (MANCE, 1999).

São as práticas e outras tecnologias sociais que constituem objeto de estudo do pesquisador, como por exemplo, grupos de produção comunitária, comércio solidário, financiamento solidário, clubes de troca ou sistemas locais de emprego e comércio, economia de comunhão, autogestão de empresas pelos trabalhadores, consumo crítico, as organizações de marca e a difusão de software livres. Outros são a própria produção familiar ou ainda atividades produtivas oriundas de organizações não-governamentais, igrejas, governos e grupos de solidariedade internacional. Todos sugerem a necessidade de conceitos, categorias que contribuam na efetivação de redes de colaboração solidária em alternativa à globalização em curso.

Desde a década de sessenta que existem organizações de práticas do comércio justo e solidário baseados na prática da solidariedade. Há milhares de comércios e lojas espalhadas na Europa, América do Norte, Ásia e Oceania que optam por subverter a lógica de mercado. Abrem assim frentes de trabalho digno e inserem milhares de trabalhadores.

Não podemos esquecer ainda de práticas como a do financiamento de projetos solidários e ecológicos. Estão em todo o mundo e no Brasil. A exemplo do Banco do Povo (inspirado na experiência de Bangladesh) e o Banco Palmas no Ceará.

A economia solidária tem caráter libertador na medida em que suas práticas e tecnologias sociais assegurem os meios econômicos, o exercício democrático do poder, a educação e a informação. Razões que a tornam alternativa consistente na organização de laços na construção de mundos possíveis. Argumento que justifica, atualmente, a ampliação dos espaços de discussão de políticas públicas em torno dela. As décadas de oitenta e noventa foram cenário inicial disso em consequência dos três consecutivos governos do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul que nos fizeram avançar em políticas públicas de Economia Solidária no sul do país, em particular, e no Brasil como um todo. A realização de conferências, os fóruns, os comércios solidários, a criação da Secretaria Nacional e o Conselho Nacional de Economia Solidária são grandes exemplos disso.

O ex-secretário executivo do Fórum Nacional de Economia Solidária, Daniel Tygel<sup>9</sup>, em entrevista, afirma a existência de cerca de cinco mil empreendimentos de Economia Solidária cadastrados no Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, aproximadamente duzentos fóruns espalhados em todos os estados brasileiros e Distrito Federal, além de quinhentas entidades de acessoria nos estados e municípios e redes de gestores em duzentos municípios no Brasil com esta política e 12 governos estaduais com políticas incorporadas à rede. Afirma que economia solidária no Brasil é ainda uma estratégia de desenvolvimento marginal, principalmente, para os últimos governos que tem prioridades centradas em empreendimentos de infraestrutura que beneficiam as grandes empresas, excluindo as possibilidades de expansão das iniciativas solidária. Há prioridade para os grandes programas como Brasil sem Miséria com eixos na questão do trabalho e renda, enquanto a economia solidária é encarada com perspectiva de empreendedorismo, de micro e pequena empresa. Na oportunidade, o secretário estabelece a importância dos fóruns em primeiro lugar pela representatividade do movimento na construção das políticas públicas, conselhos, ministérios e outros movimentos sociais. Em segundo lugar pelo próprio fortalecimento do movimento na base, considerando que favorece a capilarização da organização política da economia solidária.

O reconhecimento é um dos grandes desafios do movimento. Alcançá-lo é garantir confiabilidade, aprimoramento das estratégias de desenvolvimento, levando em conta as dimensões de justiça ambiental, social, empoderamento e fortalecimento de iniciativas populares de economia. Sabendo-se que estas não estão centradas na busca unicamente do desenvolvimento lucrativo nem na assistência. Para Tygel, reconhecimento significa garantia de direito de associação sem a lógica do patrão e empregado e de maneira coletiva. Significa acesso ao mercado, avanço no comércio justo e solidário, acesso ao crédito, ao conhecimento popular e acadêmico para fortalecer o processo de gestão, de relação com o mercado e formas de produção, de isenção de tributos e marco jurídico adequado às especificidades da Economia Solidária. Não obstante, contribui ainda com o intercâmbio entre os movimentos cuja aproximação é profícua por duas razões.

---

<sup>9</sup> Entrevista com Daniel Tygel, integrante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FEBS em 15 de novembro de 2011. Disponível em: [http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=6569&Itemid=62](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=6569&Itemid=62)

Promove um novo olhar sobre a atuação dos movimentos e corrige interpretações equivocadas de criminalização. Outra é o desdobramento destas em materiais, como por exemplo, os Intermapas. Este consiste em mapas criados para demonstrar a atuação da economia solidária, além da criação do Ambiente de Diálogos e Convergências que consiste no oferecimento de oficinas e espaços de debate entre os atores dos mais variados movimentos no território nacional.

Na oportunidade, Daniel Tygel ainda destaca que no âmbito internacional a economia solidária está cada vez mais fortalecida. Duas redes são referências neste contexto: o Espaço Mercosul Solidário e a Rede Internacional de Promoção da Economia Social Solidária presente na

America Latina e no Caribe.

O Professor Euclides<sup>10</sup> afirma que no Brasil estão situados 22 mil empreendimentos de Economia Solidária, com 1,7 milhão trabalhadores e trabalhadoras com uma produção anual de aproximadamente 8 bilhões de reais. Na América Latina esse fenômeno vem crescendo de forma expressiva. No Equador a visão de economia popular solidária corresponde a 60% da produção do país. As redes internacionalmente tem se consolidado tanto no que diz respeito ao comércio justo, à finança solidária. Na Europa temos a integração do Banco Ético da Itália, com empreendimentos da Espanha e França pela constituição do Banco Ético Europeu, uma rede de bancos nacionais, do ponto de vista dos sistemas de intercâmbios não monetários, a ponto de criar uma legislação específica nestes países por esse tipo de movimentação financeira. Na Austrália os sistemas de trocas evoluíram de tal forma que existem inclusive documentos do governo que explicam de um lado o que é um sistema de trocas sem moedas e do outro lado como fazer para pagar impostos.

Enfim, a economia solidária na compreensão do autor tem valor central no trabalho, no saber e na criatividade humanos. Representa práticas fundadas em relação de colaboração solidária inspiradas nos valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

---

<sup>10</sup> MANCE, André Euclides. Entrevista concedida ao Programa América Latina Viva em 07/06/11. UFPR TV - Curitiba/PR - Entrevistador: Prof. Dimas Floriani. 30m duração do vídeo. <http://ufprtv.wordpress.com/2011/06/08/america-latina-viva-070611/>

## 2.2 A REVOLUÇÃO DAS REDES

A revolução através das redes é a transformação para uma sociedade pós-capitalista, nela temos a potência para desencadear outras revoluções. O centro do interesse é o humano, já que seus desdobramentos extrapolam a dimensão econômica. Avança com base na ética operando sobre valores cotidianos e corriqueiros de comportamento e atitude solidária e a partir da compreensão da complexidade das relações sociais consideram os modos possíveis de promover as liberdades públicas e privadas e tornar abundantes os bens e serviços.

A solidariedade é o fundamento para a constituição destas relações. É o vínculo entre os indivíduos com interesses voltado para a responsabilidade com o outro. É a sustentação da rede e faz com que os elementos organizativos funcionem e resultem em êxito real.

Neste propósito, Euclides problematiza o conceito de economia clássica e suas contradições a partir de uma profunda análise dos fluxos de valor. A lógica que rege o mercado, não condiz com a satisfação da necessidade de todos, visto que opera pela ideia de escassez. Ele demonstra todos os mecanismos e meandros de constituição da rede desde a descrição da sua menor unidade, a célula, até suas características e funcionamento em estrutura de rede a partir dos seus fluxos que permeiam as dimensões econômicas, cultural e política.

Em entrevista concedida ao programa América Latina Viva<sup>11</sup>, o professor Mance explicita que a colaboração solidária é a tese chave explicitada no livro *A Revolução das Redes* (MANCE,1999). Na obra, o autor, apresenta minuciosa descrição sobre a forma de organização dessa revolução, através da potência contida entre as conexões de pessoas, grupos, movimentos, todos em rede em torno de eixos de luta. Com esta perspectiva aponta estratégia, na dimensão econômica, a qual concomitantemente operam transformações em cadeia. Iniciativa que supera fracassos do conjunto de organizações e atividades solidárias quando atuam isoladamente sem respaldo necessário para a subsistência e permanecem no isolamento, ilhados pelo capitalismo. Assim, o autor propõe a superação dessa

---

<sup>11</sup> MANCE, André Euclides. Entrevista concedida ao Programa América Latina Viva em 07/06/11. UFPR TV - Curitiba/PR - Entrevistador: Prof.º Dimas Floriani. 30m duração do vídeo. <http://ufprtv.wordpress.com/2011/06/08/america-latina-viva-070611/>

deficiência, a partir de um conceito central, colaboração solidária. Esta atua como elemento inovador para a sustentabilidade em rede.

A tese resultante destas apropriações conceituais deu origem a uma posição inovadora acerca da Economia Solidária. A mesma possui característica diferenciada, em função da concepção de estratégia de reorganização de fluxos econômicos, criando laços de retroalimentação de consumo e produção, com caráter ecológico e solidário, e possibilitando a expansão de processos democráticos, autogestionários de construção de alternativas. Este é o ponto chave, do livro *Revolução das Redes*. Na medida em que atores econômicos, sociais, políticos constroem redes colaborativas e retroalimentam esses fluxos de organização de poder, de consumo, de conhecimento, de informação, há capacidade de gestar um processo de transformação estrutural.

Colaboração solidária são termos de origem latina. A primeira expressão, colaboração, deriva do verbo *collaborare* e significa trabalhar junto. A segunda, solidário, deriva de *solidu* e significa algo forte. No dicionário ambos atribuem sentido moral aos termos e agrega sentido de responsabilidade, de interesse comum entre os indivíduos (MANCE, 1999:17). Para Euclides (1999, p. 17) colaboração solidária significa: “(...) um trabalho e consumo compartilhados cujo vínculo recíproco entre as pessoas advém, primeiramente, de um sentido moral de corresponsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular”.

O conceito de colaboração solidária está implicado em uma outra categoria mais ampla chamada de bem-viver. Este, por sua vez, é o exercício humano de dispor das mediações materiais, políticas, educativas, informacionais e todas as necessidades que garantam eticamente a liberdade para satisfazer e realizar os desejos pessoais, respeitando, na mesma medida, o desejo público. O comportamento ético deve pautar as ações dos indivíduos na medida em que se colocam na rede de colaboração, no intuito de garantir e usufruir das mediações materiais e não-materiais. O compartilhamento das mediações promovem o objetivo maior da existência humana, o bem-viver. Reflexos desse comportamento provocam transformações nas diversas dimensões da vida humana.

Na lógica do bem-viver concretizar a satisfação material é o mesmo que garantir as liberdades pessoais voltadas para a colaboração solidária. Sendo, assim Mance define:

A colaboração solidária é, pois, uma atitude ética que orienta a nossa vida e uma posição política frente a sociedade em que estamos inseridos. Eticamente trata-se de promover o bem-viver de cada um em particular e de todos em conjunto, e politicamente de promover transformações na sociedade com esse mesmo fim (MANCE, 1999:19).

O bem viver é exatamente o oposto do capitalismo, pois esse estimula o consumo alienante ou compulsório (MANCE, 1999, p. 26, 27) promovido pelas imagens e simulacros, o quais são gerados com o objetivo de girar o ciclo produtivo frenético para maior acúmulo de mais-valia. A partir desse fim capitalista, promove a desumanização das necessidades humanas e pessoais, cria-se outras, as quais estimulam a venda de mercadorias.

A colaboração solidária é o resultado de uma outra prática, desenvolvida a partir de pesquisas e vivências entre as atividades de trabalhadores excluídos. É um processo de gestão de novas relações de organização na perspectiva da colaboração, em tese, buscando, a satisfação das necessidades e demandas de todos na rede. O objetivo da elaboração organizativa é a de deslocar o eixo de interesses das sociedades do consumo para a lógica do bem-viver. Em grande medida, é uma tarefa audaciosa, considerando a sua constituição a partir de mecanismos muito simples oriundos de experiências e pesquisas ao longo da trajetória acadêmica e de militância do autor. Nesse sentido, em lugar de individualismo, a solidariedade; em lugar do acúmulo de bens, a distribuição de renda; em lugar da competição, o cooperativismo. Atitudes que promovem transformações não apenas na dimensão econômica, mas, consquentemente, na dimensão cultural, social e política, porque, como já sinalizado, utiliza a estratégia denominada rede de colaboração solidária com potencial organizativo.

Para o autor<sup>12</sup>, o ponto chave dessa posição é o fato de que o exercício da democracia não se verifica na atividade econômica de caráter capitalista, porque o processo de decisão não é compartilhado de maneira universal entre todos os atores.

O bem-viver dá sentido a outro sistema de organização da vida em sociedade. Ele é o resultado das transformações provocadas pelas redes de colaboração solidária que tem como objetivo promover a liberdade pública e privada,

---

<sup>12</sup> <sup>12</sup> MANCE, André Euclides. Entrevista concedida ao Programa América Latina Viva em 07/06/11. UFPR TV - Curitiba/PR - Entrevistador: Prof.º Dimas Floriani. 30m duração do vídeo. <http://ufprtv.wordpress.com/2011/06/08/america-latina-viva-070611/>

ou seja, não apenas o bem-viver de cada um, como também o de todos. É a proposta do novo modelo: a) colaboração solidária; b) a solidariedade; c) a geração de emprego; d) o desenvolvimento ecologicamente sustentável; e) redução da jornada de trabalho e aumento do tempo livre; f) aumento da poupança interna; g) distribuição de riquezas; h) desenvolvimento sustentado e geograficamente distribuído; i) livre iniciativa solidária.

Estamos diante de uma proposta de sociedade pós-capitalista, pensada a partir das ações e iniciativas já existentes. Ademais a elaboração de Euclides Mance parte exatamente das experiências. A exemplo, das muitas atividades de cunho solidário existente hoje. Como prestações de serviços e auxílios com base no voluntariado, de caráter peculiar por não ter financiamento governamental, mesmo prestando serviço ao bem público. O financiamento delas é realizado por agências financiadoras ligadas a igrejas, sindicatos e outras organizações sociais. A ação e execução das mesmas, em algumas situações, ficam a cargo do próprio voluntário. As iniciativas são tantas, com ações e projetos de atividades, nessa área social, que as várias possibilidades criaram discussões tanto ao conceito e sua relação com o governo e o mercado. Algumas delas devido à abrangência são conhecidas como Terceiro Setor, Setor sem Fins Lucrativos e Setor Público Não-Estatal. Importa salientar que nem todas as Organizações não-governamentais que praticam ações solidárias são contrárias ao modelo capitalista.

Atua isoladamente a atividade de cunho social e de atendimento das necessidades pessoais, com ou sem preocupações solidárias, considerando o fato de que a articulação destas provocariam um impacto muito maior no atendimento das necessidades e de suporte materiais a quem precisa. A importância da rede faz sentido como estratégia organizativa justamente nos movimentos populares. Embora o termo seja aplicado com vários sentidos, nesta perspectiva, o fato de compreender o seu significado de modelo organizativo implica em não confundí-lo com tipos de mediação que a possibilita. Euclides compreende que as redes de organizações sociais para existirem, não dependem necessariamente de infovias informatizadas, elas constituem apenas recursos que as potencializam (MANCE, 1999, p.24).

O conceito de redes de colaboração solidária foi pensado a partir da problematização filosófica do tema Economia Solidária, e esta tem como finalidade a solução de uma melhor articulação dos elementos operantes e capacidade de

sustentabilidade. Por aplicar-se aos complexos fenômenos sociais, as redes não poderiam ter outra característica diferente, porém a sua ideia é bastante simples. Consiste na articulação de trocas de produtos entre unidades fortalecidas reciprocamente, multiplicando-se em outras unidades e permitindo-se expandir em um equilíbrio sustentável. Imaginar ou visualizar uma rede tecida por uma aranha, por exemplo, permitiria compreender a configuração elementar formada pela conexão das unidades que seriam os nós ou nódulos desta rede. Os fios que os conectam seriam os canais, por onde esses nódulos se comunicariam. A analogia serve apenas para entender a canalização dos fluxos responsáveis pela distribuição e redistribuição de materiais, valores, informações e as relações de produção e consumo garantido entre os integrantes da rede. A configuração efetiva é de ordem muito mais complexa, pois existem várias redes de aranha perpassando umas às outras, sem estarem fundidas, mas interligadas intrinsecamente (MANCCE, 2002:45). A analogia fidedigna entre redes de colaboração solidária é dada pela geometria nas figuras fractais. (MANCCE, 2002, p.65).

A rede representa a organização estratégica para o desenvolvimento da economia solidária centrada na colaboração. Os chamados nodos ou células são fundamentais, pois estruturam os mecanismos de produção e consumo que oferece existência e sustentabilidade a própria rede. Esta corresponde à articulação do coletivo popular, promovendo serviços e bens de consumo a partir e dentro dela regida por princípios.

Ao partir imediatamente da dimensão econômica de produção e consumo entre as células que a compõem, ao refletir acerca da rede de colaboração solidária, remete-nos aos princípios de funcionamento em meio a complexidade. Um deles é chamado de autopoietico, em função da característica de sistema aberto de auto-reprodução da rede com competência de autogestão e auto organização, ou seja, tem ligação com diversos grupos sociais diferentes, em um intercâmbio entre eles e ainda garante o fortalecimento dos mesmos, bem como sua ampliação. Isto mediante outros dois princípios: intensividade e de extensividade. O primeiro significa a capacidade da rede de aglutinar cada vez mais membros no local onde a unidade ou célula estiver, ampliando o surgimento de outras unidades que articuladas podem conectar-se à rede em geral. O segundo, também colabora com o surgimento de outras unidades. O segundo princípio, da extensividade, significa a expansão propriamente dita para outras regiões e territórios.



Nessa medida, os princípios da diversidade, integralidade e realimentação, promovem o crescimento fecundo da rede. Assim, define diversidade como a competência de integrar as diversas ações e movimentos na esfera pública não-estatal, na prática da colaboração solidária, articulando recursos e projetos em prol do fortalecimento de cada nó através do fluxo constante com os demais. A integralidade significa, neste processo de reunião de diferentes, o compartilhamento dos próprios interesses a defender, neste caso, reforçados no respeito e luta pelo interesse do outro. E, por fim, o princípio da realimentação promove o círculo virtuoso. Este consiste na multiplicação das ações de cada nóculo considerando a diversidade dos objetos de atuação. Em cada célula, quanto mais diversos forem os objetos das ações, mais o círculo se fortalece dentro dessa diversidade própria na rede. Então, temos:

O objetivo da colaboração solidária – é garantir a todas as pessoas as melhores condições materiais, políticas, educativas e informacionais para o exercício de sua liberdade, promovendo assim o bem-viver de todos e de cada um. Não se trata apenas de uma proposta econômica para gerar empregos e distribuir renda. Mais do que isso, trata-se de uma compreensão filosófica da existência humana segundo a qual o exercício da liberdade privada só é legítimo quando deseja a liberdade pública, quando deseja que cada outro possa viver eticamente a sua singularidade dispondo das mediações que lhe sejam necessárias para realizar – nas melhores condições possíveis – a sua humanidade, exercendo a sua própria liberdade. Igualmente, sob essa mesma compreensão, a liberdade pública somente é exercida de modo ético quando promove a ética realização da liberdade privada. (MANCE, 1999, p.179).

Segundo o autor, somente o avanço nas discussões e nas práticas alternativas, possibilita proporcionar a identificação de elemento articulador capaz de elevar a proposta de economia solidária para além da mera geração de renda. Neste propósito, agrega outra condição a ideia de rede de colaboração solidária. O consumo é compreendido, nesse entendimento, como a novidade organizativa da rede. É em função dele toda a articulação de produção se organiza. Esta só tem finalidade se for para o consumo. Portanto, não há produção sem a real demanda de consumo nas células pertencentes à rede.

Enquanto o sistema capitalista tem característica de uma produção sem demanda real, como a criação do consumo alienante através das semioses desenvolvidas pelas mídias, a qual aproveitam-se da falta de senso crítico dos consumidores e ausência de repertório para decidir a necessidade de comprar ou

não. Diferentemente, o consumo na rede de colaboração solidária, busca o consumo como mediação do bem-viver. Também distinto, como explica Mance<sup>13</sup>, de outra forma de consumo, o denominado de compulsório. Neste, o consumidor, por falta de recursos, realiza a satisfação das suas necessidades através de escolhas que defendem o preço e quantidade do produto, sem critérios de qualidade ou atenção para os impactos ambientais na elaboração destes.

O consumo como mediação do bem-viver tem na sua prática o objetivo de conservar o bem estar das pessoas no coletivo, preservar a saúde e o ecossistema, para isto, depende de uma conduta de seleção responsável do que é consumido. Isto é, cada pessoa precisa compreender acerca dos ciclos produtivos e do impacto que estes provocam no ecossistema e na sociedade em geral. A compreensão do consumo como a última etapa do processo produtivo e as nossas escolhas de consumo individual ou coletivo, produz impacto na manutenção e geração de postos de trabalho, assim como influências no ecossistema. Deste modo, a disponibilização para reciclagem colabora com o combate a poluição.

O consumo solidário não dialoga com a ideia de consumir mediante marca e mesmo de qualidade comparada aos produtos do mercado. O objetivo é o de consumir para garantir primeiramente o trabalho digno de quem produz. No Brasil e no mundo, a prática do consumo solidário não é novidade e acontece em níveis variados. Geralmente são grupos de pessoas desempregados e organizados, os quais executam algum tipo de atividade produtiva como fabricação de pães, massas, produtos de limpeza, roupas, móveis, brinquedos, doces, salgados, bordados e milhares de outros produtos. E grande parte dessa produção é consumida por pessoas que tem consciência da origem deles e que mesmo não sendo os melhores, ou mais baratos comparados aos similares do mercado, e em alguns casos nem satisfaçam alguma demanda imediata, consomem em vista do seu contexto produtivo.

Mance demonstra que as experiências do consumo solidário dão suportes para a prática ser promovida e propagada. Fundamenta-se no argumento da consciência solidária para que os excluídos, os pobres e todas as pessoas que tem essa consciência, compreendam nas suas escolhas de consumo, ainda que indiretamente, o poder de gerar a distribuição de renda, o desenvolvimento

---

<sup>13</sup> Mance, Euclides André. **Economia Solidária e Educação**. Entrevistadora: Rejane Matos. Entrevista gravada em 12.09.2012. - 14:15 até 15:40 – Salvador/Bahia – Brasil.

ecologicamente sustentável, a geração de empregos, o combate à exploração, a sustentabilidade das unidades produtivas e sua integração em redes, favorecendo o seu fortalecimento e multiplicação com a incorporação de mais trabalhadores ao processo laboral. O aumento da demanda de consumo garantiu a diversidade e qualidade da produção.

A proposta de redes de colaboração solidária depende do consumo praticado na forma solidária. A rede articula as estruturas de produção e consumo, no entanto, a forma de consumo adequado para sustentabilidade da rede depende do caráter solidário – um dos tipos de consumo final<sup>14</sup>. O consumo solidário consiste na prática comum a todos nós, mas o objetivo é garantir o bem-viver não só do consumidor, mas também do produtor. Isto é, a compra coletiva é alternativa de baixo custo, enquanto que o pequeno produtor vende em grande quantidade com condições de manter o empreendimento.

Mance oferece o diferencial político fundamental para a organização coletiva, esta acrescida da novidade organizativa, o próprio consumo em vista de sua influência no nosso dia-a-dia. Devemos entendê-lo aqui a partir do caráter da responsabilidade no consumo e da consideração de articulação existente entre produção e o consumo, pois consumir com responsabilidade é considerar as implicações existentes neste mecanismo, atendendo necessariamente as reais demandas existentes que geram a mediação do bem-viver que por sua vez é um compartilhar. Segundo o autor:

Praticar o consumo como mediação do bem-viver requer o refinamento das sensibilidades e sentidos humanos, bem como o desenvolvimento e critérios avaliativos a partir dos quais selecionam-se os objetos, dentro das possibilidades de consumo que cada um tenha, que venham a contribuir, da melhor maneira, com a singularização de cada pessoa, com o bem-estar social e com a preservação dos ecossistemas. Assim, para que se possa generalizar socialmente o ‘consumo como mediação do bem-viver’ necessário superar tanto as formas de consumo compulsório quanto as formas de consumo alienante (MANCE, 1999, p.28).

O instigante é verificar justamente os fenômenos do desemprego e exclusão, como os responsáveis pela multiplicação das unidades produtivas mantidas graças ao consumo solidário. Estes fenômenos são resultado do processo gradual de

---

<sup>14</sup> Jornal Mundo Jovem. Entrevista na edição 320, setembro de 2001. <http://www.pucrs.br/mj/entrevista-09-2001.php>. Acesso em 17.06.12.

mudanças nas relações de produção capitalista, a partir do desenvolvimento das forças produtivas potencializadas pelas inovações científicas e tecnológicas. Enquanto, por um lado, o capitalismo reduz o número de trabalhadores assalariados na produção crescente de mercadorias com custos baixos. Inversamente, os excluídos investem nos processos de gestão de novas relações de produção, centrada na colaboração solidária, com objetivo de satisfazer as próprias necessidades. A solução para ampliação das práticas e o combate ao isolamento que enfraquece a iniciativa, exatamente da organização em direção a integração, tem na rede cujo movimento conecte as cadeias produtivas de consumo e produção, multiplicando novas células. Esse mecanismo pode viabilizar e efetivar um movimento de geração de riqueza em função da inclusão de trabalhadores antes excluídos do processo produtivo, ou seja, segurar o consumo da produção em rede.

As propostas emancipatórias de Mance, geradas a partir da história dos oprimidos, sinalizam uma revolução que pode atingir grandes proporções em nossos tempos. Como já aconteceu, outras vezes, na história da humanidade, a exemplo, da passagem do feudalismo para o capitalismo. Neste contexto, ele afirma que as transformações nas relações sociais de produção desencadearam, concomitantemente, outra revolução na dimensão cultural e política. A revolução cultural subverteu noções vigentes no campo das ciências, dos conceitos filosóficos, artísticos, religiosos e políticos, porque instituiu novas configurações de poder através da representação do Estado que ao legislar, julgar e executar impõe novas ordens de exploração econômica sobre o conjunto da sociedade.

A nova fase, da globalização capitalista, desdobrada a partir dos anos 70 tem como característica uma revolução tecnológica que proporciona um rápido desenvolvimento produtivo, em função das novas descobertas científicas. Agregando aos produtos qualidade, quantidade, menos tempo de trabalho e de esforço humano. Segundo Mance, estas promovem alterações graduais nas relações sociais de produção, motivadas pelas iniciativas dos excluídos em criar novas relações produtivas, em que o trabalho assalariado vai sendo suprimido. As iniciativas estão no campo da economia denominada informal. Enquanto algumas reproduzem o modelo de exploração ao ponto de se manterem na ilegalidade, outras subvertem as relações de produção capitalista e se expandem em redes. O capital desvaloriza o trabalhador de produção de bens tangíveis imediatos, em função da velocidade de produção atribuída pela aplicação tecnológica. O desenvolvimento

científico é convertido na mais importante fonte de riqueza. Os preços das mercadorias caem e a produção fundada no valor de troca se desestrutura. A situação favorece a criação de alternativas, ou seja, o capital ao excluir trabalhadores e potencializar o desenvolvimento das forças produtivas, elimina progressivamente a relação capital-trabalho assalariado.

Duas situações ocorrem. A primeira diz respeito a dissolução do próprio sistema, pois ao deslocar a medida de riqueza para as inovações científicas e o conhecimento nesta área, aumentam o potencial de produção, reduz em contrapartida o potencial de consumo e gera o desequilíbrio do mercado quando perde a referência de valor, pois “ninguém sabe quanto custa o conhecimento” (MANCE, 1999, p.36). Nessa medida que as bolsas de valores têm quedas absurdas a cada novo lançamento de produtos das empresas como a Microsoft ou Netscape.

A criação das bases é outra situação, para expansão e desenvolvimento das redes de colaboração solidária, como único modo de gerar riqueza. Para isso, segundo Mance (1999) depende da autonomia de cada excluído ou pessoa comprometida na construção de uma sociedade pós-capitalista dispostos a praticar o consumo solidário. Somente o fortalecimento da rede pode promover a consolidação de novas relações de produção pós-capitalista centrada na colaboração solidária.

Na expansão da rede de colaboração solidária autônoma há também demanda de apropriação de tecnologia, desde que compatível com o desenvolvimento ecológico sustentável, no intuito de atingir a qualificação dos produtos. Em consequência, desta apropriação, podemos enumerar algumas situações. Primeiro, a redução da jornada de trabalho que pode estimular outros trabalhadores, na inserção da área de pesquisa científica, tecnológica e com a ampliação da produção, busca reverter o excedente para reinvestimento. Segundo, a multiplicação das células pela incorporação de trabalhadores excluídos. Terceiro, o aumento do poder de consumo na rede se traduz na distribuição de riquezas considerando que não há relação de patrão e empregado ou salários. Todavia, o avanço produtivo alcançado sob essa lógica de colaboração não poderá resultar em saturação nas áreas de produção, pois o consumo é em razão do bem viver, conforme demanda preexistente.

Mance (1999) salienta que as tecnologias não determinam a viabilidade ou inviabilidade no processo de expansão da rede. A condição necessária para o

surgimento e sua expansão, são duas: o consumo e a produção solidária. Ainda, reconhece o fator potencial destas quando se refere a livre circulação de informações e conhecimento. Destaca o caráter semelhante do projeto software livre<sup>15</sup> que é a colaboração solidária, permitindo o compartilhamento desta tecnologia sem ônus pelo uso e viabilizando a apropriação por outras populações dos benefícios deste. Mance<sup>16</sup> lembra que o software livre é um eixo de luta como é a economia solidária e destaca a importância da utilização deste no desenvolvimento de atividades inclusive pedagógicas, sem descartar que nem toda e qualquer organização ou iniciativa que utiliza software livre busca em suas ações práticas de alargamento das liberdades. Contudo, entendemos que constitui um grande aliado nos propósitos de internacionalização. Deste modelo inclusive, para os processos formativos nos ambientes virtuais.

Em grande parte, a reflexão nos leva a crer que o uso de tecnologia livre na formação em economia solidária, confere sustentabilidade ao modelo organizativo, considerando a tarefa de preparação técnica e política dos componentes da rede, a fim de assegurar a administração democrática e tecnicamente eficiente do conjunto de reinvestimentos que na opinião do autor é o maior desafio (Mance, 1999, p.130).

A concepção apresentada indica que a consolidação da transformação em curso siga o caminho em direção ao novo modelo de sociedade, a pós-capitalista centrada em razão do bem-viver e regida pelo consumo solidário. É muito mais que uma alternativa econômica pós-capitalista, neste caso, uma construção de outro modelo de sociedade. A economia solidária é a radicalização da democracia, pois desde o dia-a-dia, das contradições do capitalismo, nasce e se desenvolve dentro de outras contradições inerentes a nós mesmos e nossas subjetividades.

Reconhecemos argumentos fortes para a aplicação de esforços constantes na apropriação dos espaços virtuais, pelo fato por todos que estão envolvidos na rede oferece agilidade na ampliação das redes e na revolução para o bem-viver de todos.

---

<sup>15</sup> Maiores informações sobre o software livre podem ser obtidas em [www.fsf.org](http://www.fsf.org).

<sup>16</sup> Mance, Euclides André. **Economia Solidária e Educação**. Entrevistadora: Rejane Matos. Entrevista gravada em 12.09.2012. - 14:15 até 15:40 – Salvador/Bahia – Brasil.

### 3. REDES DE COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA

#### 3.1 FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DAS REDES DE COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA

Este trabalho apresenta reflexões sobre aspectos fundamentais do projeto de redes colaborativas solidárias. O conjunto da obra em análise é um diálogo fecundo com a Filosofia da Libertação com desdobramentos das questões econômicas e foco na práxis social da qual é oriundo e para a qual é dedicada esta reflexão. Isto é, as práticas concretas de solidariedade são conteúdos investigativos desta análise filosófica revestida de conhecimentos dos vários campos científicos para apontar alternativa viável à problemática da práxis econômica. A ótica filosófica apurada viabiliza reflexões a partir de categorias estabelecidas com abertura para compreender a complexidade que permeia a realidade e suas relações. A realização da análise acerca desta construção intelectual significa comprometimento com o tema, conceitual e pragmaticamente.

Para nossa melhor compreensão, é necessário atentar para a importância dos estudos desenvolvidos e orientados pela Filosofia da Libertação e sua influência na elaboração da concepção de redes de colaboração solidária defendida pelo autor.

No século xx, a efervescência na América Latina sobre temáticas relacionadas à libertação reflete os movimentos da corrente filosófica em questão. Segundo Mance “a filosofia da libertação, como corrente filosófica específica, elabora categorias, métodos e linguagens orientadas à reflexão crítica e realimentação das práxis de libertação, emerge no final dos anos 60 e início dos anos 70, com diferentes abordagens paradigmáticas.”<sup>17</sup> que ressoam no Brasil. A filosofia da libertação submete à reflexão toda crítica sobre a opressão do homem na perspectiva da América Latina. O professor esclarece em seu artigo<sup>18</sup> que:

---

<sup>17</sup> MANCE, Euclides André. El pensamiento filosófico brasileño. Publicado em: Dussel, Enrique, Eduardo Mendieta y Carmen Bohórquez (editores). *El pensamiento filosófico latinoamericano, del Caribe y "latino" (1300-2000). Historia, corrientes, temas y filósofos*. México, CREFAL / Siglo XXI Editores, 2009, p. 495-517, p.20.

<sup>18</sup> MANCE, Euclides André. El pensamiento filosófico brasileño. Publicado em: Dussel, Enrique, Eduardo Mendieta y Carmen Bohórquez (editores). *El pensamiento filosófico latinoamericano, del Caribe y "latino" (1300-2000). Historia, corrientes, temas y filósofos*. México, CREFAL / Siglo XXI Editores, 2009, p. 495-517, p.1

Com o desenvolvimento do capitalismo nacional, apresentado pelas elites como sinônimo de desenvolvimento do país, emerge a contradição entre o projeto de o Brasil tornar-se uma próspera nação e o fato de que sua modernização ia gerando uma nova classe de despossuídos e explorados – que, em frequentes mobilizações sociais, questionava a organização econômica, política e social do país. No âmbito dos movimentos sociais, o surgimento de uma incipiente classe operária, na transição entre os séculos XIX e XX, com a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, coloca em cena – com a chegada de trabalhadores imigrantes – um novo conjunto de ideias e práticas de resistência e luta organizada de anarquistas, anarco-sindicalistas e, posteriormente, de comunistas, posicionando-se diferentemente em relação ao papel do Estado e à superação da exploração do trabalho pelo capital. Soma-se a esse caldo de culturas, as lutas anteriores de quilombolas, comunidades indígenas e as revoluções do século XIX, fomentando um horizonte utópico de libertação popular.

As reflexões partem da práxis, a fim de produzir uma teoria que dialogicamente permita compreender os movimentos e contingências a ela inerentes. Sem a pretensão de garantir um método único e absoluto para interpretar a realidade, estabelece um processo de interlocução dialógica a partir da realidade concreta da própria práxis da libertação. Oferece condição para corrigir, melhorar a teoria e a prática, ampliando o objetivo ético último que é a liberdade. Mance diz que “não há dificuldade em aceitar que seja necessário produzir novas categorias e conceitos para pensar problemas recolocados de uma nova maneira<sup>19</sup>”. São as críticas às categorias, conceitos, métodos e estratégias teóricas da tradição filosófica ocidental que sustentaram o enfrentamento dos problemas.

É na filosofia da libertação que o nosso autor encontra a fundamentação e procedimentos para interpretação da práxis e, desde aí argumenta a viabilidade para as redes de colaboração solidária que nos interessa neste trabalho. Parte-se das apropriações conceituais e definição dos pilares teóricos e filosóficos fundamentais do sistema organizativo de redes de colaboração solidária e seus laços de retroalimentação entre produção e consumo dos fluxos econômicos da sociedade. Para tanto, é preciso compreender a importância de princípios e categorias que constituem o cerne filosófico da elaboração em análise.

O primeiro princípio sobre o qual nos debruçaremos é fundamental para o conjunto da obra e encontra sua origem no pensamento de Emmanuel Lévinas, o

---

<sup>19</sup>MANCE, Euclides A. Uma Introdução Conceitual às Filosofias de Libertação. **Revista Libertação – Liberación – Instituto de Filosofia da Libertação**. Curitiba, Paraná, Brasil, nº1, 187 p 25 -80, p 58, 2000.



qual formula a compreensão sobre a **alteridade** atribuindo-lhe o sentido de existência no Desejo do Outro numa relação de proximidade denominada de face-a-face. Lévinas concebe o Desejo sob duas vertentes para a compreensão da alteridade. Um que diz respeito à forma de relacionar-se com as coisas, com a necessidade de satisfazer-se na fruição do desejo em gozo inconcluso que incorpora as necessidades incessantemente. Sobre a outra temos a distinção de Euclides:

“Trata-se do Desejo que nos move em direção às outras pessoas em uma relação de mútuo respeito, de escuta, atenção, acolhimento, ternura, bondade, amor, desejando que a outra pessoa seja livre, seja ela mesma em sua singularidade, em sua distinção – relação esta que pode ser caracterizada em seu conjunto como proximidade” (MANCE, 2002, p. 154).

Mance (2002) ao diferenciar necessidades naturais, culturais e desejos que se concluem na fruição de elementos e situações de nosso mundo nos permite perceber que o Desejo em Lévinas – grafado com D maiúsculo – deve nos remeter a uma aproximação das pessoas, em movimento de abertura e acolhimento da existência dos outros desejados em sua liberdade eticamente exercida.

Ele<sup>20</sup> cita Lévinas, que afirma que frente ao movimento de aniquilação da alteridade, reduzida a um conceito nos limites do horizonte ontológico de uma totalidade, é preciso afirmar a proximidade, movida por um desejo do invisível, como o centro do momento ético da vivência de cada pessoa. Entretanto, a categoria da proximidade como responsabilidade pelo outro não tem garantia de retorno e, deste modo, a exterioridade fenomenológica escapa ao olhar. Seu sentido é mistério, por isso, todo pensamento sobre o outro não o captura na lógica do Mesmo, restando sua palavra para revelar-se e sair da clausura imposta pelo entendimento<sup>21</sup>. Segundo ele, a responsabilidade ética permite superar a impessoalidade, o insignificativo do ser, avançando na constituição da condição humana e sua subjetividade que em vez de ser para a morte, é para o Outro.

A alteridade elucida que o Outro é impossível de ser integrado totalmente em qualquer tentativa de conceito racional. “O rosto emerge no mundo indicando a infinitude do outro, o mistério que não consigo abarcar. Revela os limites dos meus conceitos e me exige uma abertura ética, uma outra razão, uma outra história, uma outra liberdade.” (Mance, 2002, p.155).

---

<sup>20</sup> Idem item 1, página anterior, pag. 20.

<sup>21</sup> Mance, Euclides. Emmanuel Lévinas e a Alteridade. *Revista Filosofia* 7(8):23-30 abr 94. Curitiba, PUC-Pr. Acesso: <http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/L%E9vinas.htm>.

As palavras de Mance (2002, p.162-165) sobre a **proximidade** revelam a necessidade do outro, de ser cuidado e encontrar amparo a partir do qual o tempo que passa ganha sentido. É na proximidade que o compartilhamento é festa no Desejo da diferença do outro, pois nunca somos justos o suficiente na diferença que nos une, é a relação ética afirmada em cada pessoa com o ético compromisso de liberdade que não se resume no acesso às mediações. Assim, o face-a-face, a relação do eu e do outro, dá-se no sentido de compartilhar na esperança de ser amparado para a vida toda. É o lugar de onde emerge a responsabilidade pelo outro, sem recíproca, onde o respeito por sua diferença é uma atitude 'des-interessada'. É a plena dádiva entre o eu e o outro. Início do processo solidário de libertação no reconhecimento da dádiva traduzido no Desejo de libertação do outro e reconhecimento de sua própria responsabilidade de colaborar para si e por todos.

Mance (2002) afirma que os homens se libertam em comunhão, isto é, o processo solidário de libertação precisa da reciprocidade da dádiva para a comunhão entre as pessoas e de sua própria libertação. Conforme o professor afirma em entrevista<sup>22</sup>, ela é condição para a realização humana e reorganização das sociedades em vistas da promoção da liberdade. O que é um risco, pois não há garantia de superação das incertezas sobre a alteridade no devir da práxis social, em seus processos de subjetivação diante do inusitado. Há uma esperança na reciprocidade da dádiva entre o eu e o outro, de reconhecimento sem o qual não existe doação de um pelo outro; é a constituição da práxis de libertação. É preciso considerar as diversas contingências da realidade, no entanto, toda a ciência é baseada somente em princípios como a dedução, indução e identidade, que não dão conta de interpretar tal diversidade. Para a compreensão dos fatos que brotam do social, repleta de circunstâncias, emergências inusitadas, socorre-nos a compreensão da teoria da complexidade gestada com base na citada matriz filosófica de libertação que tem potência interpretativa e possibilita a inteligibilidade da realidade em permanente devir permeada de subjetividades diversas.

O devir subjetivo sofre condicionamento através da cultura de dois modos: ampliando o exercício da liberdade e aprimorando a capacidade individual de transformar-se em síntese mais complexa ou estratificando-o em determinadas

---

<sup>22</sup> MANCE, André Euclides. Entrevista concedida ao Programa América Latina Viva em 07/06/11. UFPR TV - Curitiba/PR - Entrevistador: Prof.º Dimas Floriani. 30m duração do vídeo. <http://ufprtv.wordpress.com/2011/06/08/america-latina-viva-070611/>

territorialidades. Deste modo, diminui os movimentos possíveis que ampliam o espaço de subjetivação (Mance, 2002, p.161).

A modelização cultural utiliza mecanismos cada vez mais sofisticados para gerar fluxos semióticos de manutenção capitalista. Organizações sociais geram regimes de signos que medeiam sua compreensão de mundo e sua intervenção sobre ele (Mance, 2002:160). A subjetividade é uma produção social, perpassadas por fluxos de outros conjuntos, de semioses que nos modelizam e interferem em nossa condição humana. Há apenas liberdade relativa e situada para resistir aos fluxos que nos produzem. Porém, Mance sustenta que nossa consistência humana é a prerrogativa para a liberdade. A subjetividade é fruto da consistência e esta é fator mobilizador para a busca de liberdade. Ela nos permite reagir às semioses simbólicas e modelizar singularmente nossa cognição (2002:160).

Para compreender os processos de subjetivação trazemos para a roda de diálogo os estudos realizados por Félix Guattari e Gilles Deleuze, sobre estes fenômenos complexos. Ambos definem o ser humano em um conjunto de matérias e funções articuladas, pelo que eles chamam de máquina abstrata peculiar que opera transversalmente distinguindo-se umas das outras. Afirmação que contribui para Mance concluir que a subjetividade humana não é apenas um conjunto de matérias e funções articuladas pelas máquinas abstratas, mas supõe substâncias e formas engendradas por semioses que agenciam devires, engajamentos imaginários ou efetivos, territorializando condutas, formalizando expressões e corpos. (2002:85).

Precisamos perceber, ao refletir sobre a questão da revolução das redes, que a subjetivação está no alvo das semioses hegemônicas com objetivo de reproduzir padrões de manutenção das estruturas capitalistas. É importante entender o capitalismo não só como um sistema econômico, mas como um sistema modelizante semiótico, que aplica signos determinados e interpretantes sociais no agenciamento do indivíduo submetido ao exercício do micro e macro poderes. Contudo, não podemos esquecer que o processo de subjetivação quando não está conectado aos processos sociais de agenciamento, podem estabelecer o exercício de liberdade na subversão de semioses hegemônicas, apresentando linhas de fuga, formando agenciamentos de subversão para compreender como eles operam frente aos fluxos semióticos e materiais de reprodução do capitalismo (MANCE, 2002, p.87).

A partir destes argumentos percebemos que processos na contramão dos modelos hegemônicos pontuados acima, são dimensões de transformação

revolucionária com aberturas indicativas de como a alternativa de redes solidárias são factíveis. Félix Guattari faz distinção entre molecular e molar. Os termos são uma espécie de singularização com horizonte ético no desejo do outro em sua diferença. (MANCE, 2002, p.87,88). A revolução molecular significa reação organizada, como por exemplo, os movimentos feministas, indígenas, negros, homossexuais e software livre ou da economia solidária, entre vários outros. Estes desencadeiam coletivos maiores em eixos de luta que reúne os indivíduos no exercício de sua liberdade no enfrentamento em prol de causas comuns ou eixos de luta. A economia solidária como um desses eixos requer assimilação nos coletivos que significam exercer singularidades e diferenças para assumir padrões de comportamento, linguagens ou utopias que fazem parte deste coletivo por estarmos agenciados com padrões sociais e comportamentos estabelecidos. Como diz Mance (2002:89) nossa subjetividade é agenciada a inúmeros devires, sendo perpassada por fluxos materiais e semióticos através dos quais exercemos nosso poder, nossa liberdade.

Neste ponto, a revolução das redes ganha características de revolução molar que se configuram nos agenciamentos moleculares de transformação estrutural. Isto é, a expansão molecular, pela conexão em laços de realimentação com outras células, acontece em vista dos movimentos próprios da rede. Entre eles a extensividade e intensividade que reproduzem células no cadenciamento molar graças à subjetivação, ou seja, escolha livre por afetar-se e assimilar-se em iniciativa solidária. Assim, as células agenciam devires não apenas de consumo solidário, mas também de práticas de subversão dos códigos econômicos, políticos e culturais. Isto porque as redes alimentam a subjetivação promovendo a diversidade e integralidade que engendram processos criativos. Nestes procedimentos há condição de romper com opressões e insatisfações geradas nas velhas utopias, que em momento de instabilidade podem ser subvertidas a partir de utopias ou aspirações da vontade individual que num movimento de sucessão abre espaço para outras realidades. (MANCE, 2002, p.128,129).

Podemos assim, esclarecer ainda mais a ideia de revolução requerida por Mance (2002 p.130) na estrutura das redes. Para tanto, reportamo-nos a compreensão de Gustav Landauer para quem revolução é fluxo de desejo e de vontade em período incessante de progressão, denominando-os de topias. Elas são fonte de bem-estar ou precariedade em uma sociedade, pois estão relacionadas com toda a convivência humana e as condicionam, possuindo relativa estabilidade

(MANCE, 2002 p.128-129). Ou seja, a transformação revolucionária é movimento sucessivo próprio da práxis de libertação revezando-se entre topias e utopias. Por sua vez, cada “utopia é composta por dois elementos: o primeiro de reação contra a topia originária; o segundo de recordação de similares utopias anteriores” (MANCE, 2002 p.129). As utopias são as próprias inspirações da vontade individual, mas com características de coletivo quando agenciadas em movimentos molares. Portanto, Mance (2002) deixa claro que concorda em alguns aspectos com Landauer ao afirmar que a revolução deve ter como horizonte toda a convivência humana, considerando projetos utópicos no sentido de manter a constante mudança. E com o conceito de processo revolucionário, mediante um movimento complexo que propõe transformações nas interações particulares, nas circunstâncias específicas e cotidianas das estruturas, e conseqüentemente, alteram a macroorganização social e política. (2002:131)

Assim, observa sobre a revolução das redes:

O conceito de revolução de redes conserva o caráter utópico de colaboração solidária – seguindo a terminologia de Karl Mannheim – reside no fato de que elas podem ser implementadas, isto é, podem ser realizadas. Contudo, não sendo as redes modelos concebidos por meras deduções formais, as utopias da colaboração solidária são históricas e se modificam constantemente, em razão das próprias contingências humanas, aprimorando-se no anseio por ampliar o exercício humano de liberdade. Elas, portanto, são cotidianamente corrigidas e transformadas pela práxis solidária e coletiva de todas as pessoas e organizações que aderem à estratégia global de colaboração em redes e que democraticamente buscam implementá-la. (MANCE, 2002, p.132)

Mediante os argumentos desenvolvidos, se entende como práxis revolucionária democrática, sendo um terreno fértil para florescer a sociedade solidária presente no horizonte da revolução das redes. Entendendo que em função das suas características revolucionárias tem como resultado as utopias coletivas sucessivas, composta de diversas tendências sociais em face de dissonâncias decorrentes da diversidade que lhe é própria. Afinal, a rede fomenta a diversidade e nela tem sustentabilidade. Ambiente propício para a democracia capaz de conter utopias coletivas resultantes da construção dialógica ora em consenso, ora em dissenso. Com isso, mantém-se o caráter de movimento em sucessiva mudança, atendendo o sentido de desejo do outro em sua liberdade e em sua diferença eticamente realizável. Por tanto, a utopia de que se trata numa práxis democrática é

a possibilidade de concretização dos desejos e anseios de realização das liberdades públicas e privadas. Como exemplo, temos o momento atual em que a insatisfação com as contradições capitalistas favorecem a busca de alternativas, saídas para a opressão e exploração. Por isso, não seria utópico usufruir realmente do tempo livre que todo o aparato tecnológico possibilita hoje desfrutar se participássemos de outra lógica de organização do trabalho. O próprio Marx detectava no frenético movimento de acumulação do capital a dissolução do capitalismo. Ora, a produtividade e o avanço tecnológico, em tese, possibilitam a produção do tempo livre. No entanto, o capitalismo está concentrado apenas na ampliação e concentração de capitais, sem se ocupar com o bem-viver dos trabalhadores. Mance (2002) explica:

Sob o argumento de Marx, tempo do não-trabalho, que também existiu em modos de produção anteriores, esteve entretanto reservado a pequenas parcelas sociais. Todavia, a alta produtividade alcançada no capitalismo por ele ter subsumido o desenvolvimento científico e tecnológico fez com que se amplie o tempo de não-trabalho para toda a sociedade. Entretanto, como o capital permanece concentrado, grande parte da sociedade fica privada de converter o tempo livre, diríamos nós, em tempo de bem-viver. (MANCE, 2002, p.100)

Em contrapartida, temos a proposta das redes de colaboração solidária. Lembremos que ela é estruturada sobre outro princípio de leitura de mundo que *Deseja o Outro* na sua diferença, de modo que seja eticamente exercida. E tem o entendimento de outro paradigma – entendido como um arcabouço geral de conjunto de teorias conforme sentido empregado por Thomas Kuhn (MANCE, 2002:101) isto é, o **paradigma da abundância**, utilizado para organizar os fluxos das redes: “significar, pois, dispor das mediações requeridas em níveis maiores do que o estritamente necessário, mas sem extrapolar os parâmetros do máximo adequado, evitando-se qualquer excesso” (MANCE, 2002:122). As redes de colaboração solidária revolucionam quando propõem a multiplicação da abundância e autonomia produtiva visando ampliação de produção de valores que garantam o gozo do tempo livre. O compartilhamento dos valores materiais produzidos sobre as bases tecnológicas existentes garantem a auto-sustentação e expansão da rede. Isto porque a economia solidária na lógica de rede solidária atende as necessidades das famílias de desempregados. Ela oferece práticas de financiamento, produção, comércio e consumo solidários, que conectados em rede sob os padrões de compartilhamentos e solidariedades garantam as liberdades públicas e privadas e

ampliam o tempo livre de maneira geral para todos. Além de exigir menor troca de valor, pois os preços são ajustados democraticamente pelo valor de reposição da rede e mais que isso, os valores atribuídos são considerados solidariamente observando outros elementos para além dos custos de produção, respeitando princípios de justiça na promoção do bem-viver dos produtores e consumidores. A afirmação da solidariedade requer a satisfação de desejos e necessidades. Justificando o princípio, requer menos valores de troca. Não há lei da oferta e procura, pois a demanda de consumo é o que determina a produção.

As redes de colaboração solidária são regidas pelo paradigma da abundância que significa dizer, quanto mais distribuição de riqueza, mais riqueza para todos. (MANCE, 2002 p.120). No capitalismo esta prática é impensada. Todo tempo livre é entendido como menor lucratividade organizado sob a lógica da escassez. A lógica das redes de colaboração busca o equilíbrio dinâmico e a satisfação das necessidades sociais. É assim que ampliam a produção de valores de uso e garante o bem-viver do conjunto das sociedades. O objetivo é ampliar a abundância, subvertendo a lógica dos mercados.

No entanto, sob a lógica do capital o paradigma da escassez impõe a necessidade de não realização de todas as necessidades. O indivíduo priva-se da necessidade em função da raridade do produto desejado. Ele é privado da condição de obter o que precisa. Na perspectiva da complexidade isto é insustentável. Mance (2002) realiza análise profunda acerca das teorias econômicas e destaca a inconsistência delas. A ideia é que os recursos não estão disponíveis a ponto de satisfazer toda a demanda gerada. O valor das coisas está na relação entre demanda e procura. Na leitura de Mance, a riqueza social é constituída por recursos apropriados por alguns que os disponibilizam pra os outros (MANCE, 2002:105). O conjunto das coisas, tornadas raras como propriedade de alguns, são submetidas à permuta, troca de valores. O requisito para obter a satisfação de sua demanda é o poder de troca que cada um tem para obter o recurso desejado.

Mance (2002, p.111) expõe a inconsistência do paradigma da escassez e realiza crítica à “aproximação assintótica da realidade econômica do modelo ideal como uma ilusão transcendental”. Enquanto o sistema neoliberal estabelece modelo ideal para as contingências inerentes à realidade da proposta da economia solidária - operando a partir da teoria da complexidade, prevê abertura para as mesmas com condições de conviver nestas na incessante busca por adequação dos desejos,

utopias. Isto é, o neoliberalismo realiza a tentativa, sob a lógica da escassez, de aproximação assintótica do seu modelo ideal da realidade econômica. Não atinge os objetivos, visto que promove desequilíbrio geral e não garante o bem-viver de todos.

O bem-viver é categoria filosófica fundamental para a argumentação do trabalho apresentado. Compreendida como instrumento balizador das formas de exercer a liberdade, ela resulta das apropriações conceituais da teoria da complexidade. O objetivo último desta categoria, a qual justifica a organização de redes, é garantir a liberdade de satisfazer as necessidades próprias e de outrens.

Porém, a realização do bem-viver requer mais que simples satisfação das liberdades públicas e privadas. A dimensão ética desejando as liberdades públicas e privadas afirmam um sentido de transcendência ao já realizado. (MANCE, 2002, p.166).

Assim, o 'bem-viver' fundamenta à proposta de redes de colaboração solidária. Enquanto categoria de análise é formulada com base em autores como Lévinas, Félix Guattari, Dussel, Roig e outras referências nas elaborações acerca da Ética, presente na discussão da matriz filosófica da filosofia da libertação.

A questão central do bem-viver é a solidariedade. As condições materiais, políticas, informativas, educativas e a condição ética, são conteúdos submetidos à ótica da categoria filosófica de caráter libertador. Instrumento de análise instituído com objetivo único de garantir a realização da liberdade, esta deveria ser assegurada de maneira mais justa e solidária possível, considerando que ninguém é cerceado totalmente ou goza absolutamente de liberdade.

Para o exercício da liberdade é necessário garantir quatro condições básicas. As **condições materiais**, pois sem os meios materiais que satisfazem as necessidades básicas não há liberdade possível. As **condições políticas**, isto é, a possibilidade de exercer o poder de maneira responsável e solidária. Além das condições materiais e políticas há também as **condições de acesso e produção de informação/formação** e, sobretudo, a **condição ética** propriamente dita, aquela que afirma o imperativo da manutenção e expansão das liberdades públicas e privadas. Já entendemos que a liberdade somente é eticamente exercida quando promove a liberdade do outro. E se deve fazer o possível para que cada pessoa tenha assegurada as condições materiais, políticas, educativas/informativas para realizar a sua liberdade. Então, o bem-viver é um modo de realização da liberdade em solidariedade, e que busca assegurar da melhor maneira possível todas essas condições para a expansão das liberdades públicas e privadas.



O bem-viver deve permitir fazer a crítica da realidade concreta e dar a medida em que é efetivado ou negado e em que condições materiais políticas, informativas, educativas são asseguradas ou não às pessoas. O bem-viver não deve ser compreendido como um horizonte utópico da realização da liberdade. Do contrário, perdemos o mais importante dessa categoria que permite escapar do debate do Karl-Otto Apell, por meio da fundamentação transcendental da liberdade e a de Enrique Dussel, com a posição metafísica que ele defendia, não colocando mais a vida como princípio material, mas colocando o bem-viver, ou seja, um modo de realização da vida numa esfera de solidariedade humana que promove o máximo possível à ampliação das liberdades públicas e privadas.

Dentro dessa perspectiva se configurou a questão da economia popular. Ou seja, a questão é constituída das formas de economias populares reelaboradas de maneira crítica, de maneira solidária e estratégica, para que essas práticas possam contribuir na construção de sociedades pós-capitalistas. Sociedades que efetivamente superem as estruturas de exploração do trabalho, de expropriação do consumo, de dominação política e de dominação cultural. Um ponto chave dessa posição é o fato de que o exercício da democracia, não se verifica na atividade econômica de caráter capitalista, pois o processo de decisão não é compartilhado de maneira universal entre todos os atores. Os detentores do capital têm o poder de decisão, quem não possui o capital não decide, apenas obedece. Há uma relação de subalternidade do trabalho frente ao capital. Entretanto, através da prática da autogestão e do exercício solidário desses trabalhadores em seu empreendimento para com as comunidades onde eles estão situados, se pode pensar em procedimento democrático. Por exemplo, pensando as cadeias produtivas, quem são seus fornecedores de matéria-prima, os impactos ecológicos da produção e do consumo, ou seja, uma visão sistêmica e integral do que seria essa realização dessas liberdades. Para tanto, são necessários mecanismos que evitem a subsunção de procedimentos democráticos em formas totalitárias de exercício de poder<sup>23</sup>. Nessa medida, pode citar a prática do consumo solidário, acrescida a organização de rede de colaboração solidária.

---

<sup>23</sup>Veja-se livro eletrônico: Globalização, subjetividade e totalitarismo – Elementos para um estudo de caso: o governo Fernando Henrique Cardoso. Curitiba, 1998. <http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/gst/05.htm>.

Consumir é inerente ao ser vivo, temos para tanto os fluxos materiais naturais ou fruto do trabalho para satisfazer-nos. Contudo, no sistema vigente sem a troca não há possibilidade de satisfazer-se. Não há liberdade para prática do consumo. Este pode variar conforme a condição de cada sujeito: o consumo pode ser alienado; ou compulsório; visando o bem-viver ou ainda o consumo solidário. Não há vida sem consumo. Sob a ótica do bem-viver, de acordo com Mance, pode-se dizer sobre o consumo solidário:

Recentemente cunhamos a expressão "consumo solidário" para caracterizar um tipo de consumo final e produtivo capaz de sustentar o bem-viver de consumidores e produtores, integrando-se harmoniosamente os ecossistemas ambiental, social e subjetivo - como propusera Félix Guattari em "As Três Ecologias". A idéia básica, aqui quando você consome produtos e serviços de empresas capitalistas que exploram os trabalhadores e prejudicam o meio ambiente, você também é responsável por esses danos à humanidade; mas se você consome produtos e serviços de empreendimentos econômicos solidários então você contribui para expandir uma economia pós-capitalista, centrada na promoção do bem viver do conjunto das pessoas.<sup>1</sup>

As redes de colaboração solidária são a forma inovadora de prover mediações balizadas pelo critério do bem-viver. A realização de qualquer exercício de liberdade requer condições educativas, condições políticas e materiais, além de condições informativas que garantem a realização histórica de cada um em proximidade. Condição ética fundamental para a consistência humana em liberdade. Afinal, a liberdade de cada um, consiste na realização de liberdade do outro. (165, 2002).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar economia solidária neste estudo significou oportunidade de singularizar, atualizar e evidenciar sua complexidade. E não por acaso as teorias da libertação são base fundamental para a compreensão de continuo avanço nos questionamentos acerca dos conceitos e categorias estruturantes desta realidade capitalista, contraditória e suas consequências.

Na contramão do pensamento hegemônico a preocupação do professor Euclides Mance foi compreender a complexidade das relações sociais, considerar os modos possíveis de promover eticamente as liberdades públicas e privadas, tornando mais abundantes os bens e os serviços, tendo como centro de interesse o ser humano como mais importante. Assim, define a economia solidária como prática econômica para organizar produção, consumo, financiamento, comercialização, distribuição, investimento, desenvolvimento tecnológico e reciclagem dos resíduos que preserva o equilíbrio do ecossistema e distribui resultado da forma mais justa para atender o bem-viver de todos e descreve como acontece o desenvolvimento das redes colaborativas conforme o princípio básico da solidariedade.

Considerar a economia solidária como um eixo de luta é cuidar do presente, desenhando o futuro através da colaboração solidária. Para isto, as redes estão fundamentadas em três pilares que são o consumo solidário, a produção centrada na colaboração solidária e o conceito de bem-viver, compreendido como uma categoria analítica e estratégica dá conta de compreender as várias dimensões do exercício das liberdades. Acreditamos que esta é a ponte para a sociedade pós-capitalista.

O estudo mostrou elementos como solidariedade, relações e redes para pensar a economia e os valores da sociedade. Pensar desde os modelos globais de desenvolvimento até a apropriação local que a comunidade faz dos recursos produzidos e consumidos. Principalmente as relações que permeiam esses fluxos para o crescimento, fortalecimento e sustentabilidade. E isso é interesse da Educação. Subverter o sistema hegemônico exige mais que apenas viabilizar mediações econômicas para a realização das liberdades. Há que se viabilizar condições políticas, informativas e educativas para seu ético exercício.

Percebemos que economia solidária na perspectiva pedagógica é admitir na esfera econômica alternativa contrária à capitalista e na perspectiva educativa significa admitir outros padrões de pensamento capazes de sedimentar valores que corroborem as atitudes e ações solidárias impressindíveis atreladas a proposta. Assim, redes de colaboração solidária e sua ampliação são possíveis mediante conscientização (Mance, 2002, p.144). Se é preciso consciência para a transformação tomar corpo é preciso discutir estratégias de sustentação da economia solidária nas dimensões culturais, com foco em aspectos formativos, informativos, tecnológicos e educativos. Mance faz proposta voltada para as transformações sociais a partir das estruturas de redes solidárias na dimensão econômica e salienta o 'processo educativo implicado na revolução das redes, problematizando os limites do exercício de nossa liberdade em constante devir e aprimorando a qualidade da intervenção de todos na distensão desses limites, não alcança um fechamento final, pois, como a revolução, a educação deve ser permanente' (2002, p. 146).

Educação para o professor Euclides<sup>24</sup> é fundamental neste plano conforme explica em entrevista. Para ele os processos formativos tem na educação libertadora ou educação popular do Paulo Freire as condições para efetivar as problematizações e as resoluções dialógicas. No entanto, critica as muitas perdas de acúmulo da educação popular e ainda estabelece as atribuições para um educador com preparação na perspectiva da economia solidária, o que é raro. Este necessariamente precisa dominar conteúdos filosóficos fundantes acerca da temática, o contrário, muito se perde dos valores éticos tão importantes para a prática. Deve entender ainda sobre cultivar a abertura dialógica e oferecer suas opiniões e aceitar as do educando sem imposições. Além de competência para lidar com as interpretantes dimensões energéticas, cognitivas e afetivas.

Assim, a educação precisa encontrar mecanismos e instrumentos que propiciem bases firmes para o reordenamento teórico do campo da educação à serviço da libertação. Na tarefa de aprofundamento reflexivo-crítico sobre as práticas de Economia Solidária percebemos a necessidade de entender a educação regida por padrões éticos solidário, comunitários. Mance não teoriza sobre as concepções

---

<sup>24</sup> Mance, Euclides André. **Economia Solidária e Educação**. Entrevistadora: Rejane Matos. Entrevista gravada em 12.09.2012. - 14:15 até 15:40 – Salvador/Bahia – Brasil.

de transformação social na dimensão educativa, as mesmas que podem nutrir práticas de educação popular, pois tem os mesmos princípios.

Além disso, ampliar a proposta da economia solidária demanda enfatizar a formação. Consideremos dois pontos importantes como a necessidade de reformulação dos pressupostos educativos, já que a proposta parte de bases distintas do sistema vigente e conseqüentemente necessita de pensamento pedagógico que considere o padrão solidário. O outro ponto refere-se ao potencial tecnológico oferecido pelos ambientes virtuais que potencializam a discussão e prática de formação e emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras. É preciso pensar a importância dos fluxos informativos de caráter educativo nos espaços virtuais para a constituição da cultura solidária. É preciso aplicação de esforço constante na apropriação dos espaços virtuais, considerando a agilidade na ampliação das redes e na revolução caso os envolvidos estejam conectados para o bem-viver de todos.

O final do trabalho nos abre os horizontes para colaborar com a pesquisa da nossa própria práxis de libertação no campo da educação.

## REFERÊNCIAS

CARBONARI, Paulo César. Veja-se Resenha do livro de Euclides A. Mance sobre A Revolução das Redes. **Revista *Libertação – Liberación* – Instituto de Filosofia da Libertação**. Curitiba, Paraná, Brasil, nº1, 187 p 179-182, 2000.

LECHAT, N. M. P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. **Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares dia 20/03/2002**. Publicação no sítio: <http://turbulence.org.uk/turbulence-1/solidarity-economics/> acesso em: 20.08.2011.

MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes Constelação Solidarius - A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. VOZES, 1999- 220 páginas.

\_\_\_\_\_. A Revolução das Redes - A Colaboração Solidária como uma Alternativa Pós-Capitalista à Globalização Atual. **CEPAT – Informa Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores**, Curitiba, PR. Ano 4, N. 46, p.10-19, dezembro de 1998. <http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/rede.htm>

\_\_\_\_\_. **Como Organizar Redes Solidarias** – Rio de Janeiro IFIL, Fase, DP&A Editora, 2002 - 391 páginas.

\_\_\_\_\_. **Constelação Solidarius: as fendas do capitalismo e sua superação sistêmica** - Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier, 2008.

\_\_\_\_\_. **Redes de Colaboração Solidária - Construindo uma nova sociedade**. IFIL, Curitiba, março de 2000. <http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/redes1.htm>.

\_\_\_\_\_. Artigo: **Eixos de Luta e a Central de Movimentos Populares**. CMP - Curitiba, PR. Disponível em: <http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/eixos.htm>

\_\_\_\_\_. El pensamiento filosófico brasileño. Publicado em: Dussel, Enrique, Eduardo Mendieta y Carmen Bohórquez (editores). **El pensamiento filosófico latinoamericano, del Caribe y "latino" (1300-2000)**. Historia, corrientes, temas y filósofos. México, CREFAL / Siglo XXI Editores, 2009, p. 495-517.

\_\_\_\_\_. **Viver para consumir ou consumir para viver?** Entrevistador: Jornal Mundo Jovem. Entrevista na edição 320, setembro de 2001. Porto Alegre, RS. Disponível: <http://www.pucrs.br/mj/entrevista-09-2001.php>. Acesso em 17.06.12.

\_\_\_\_\_. Emmanuel Lévinas e a Alteridade. **Revista Filosofia** 7(8):23-30 abr 94. Curitiba, PUC-Pr. Disponível em: <http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/L%E9vinas.htm>.

\_\_\_\_\_. **Fome Zero e economia solidária: o desenvolvimento sustentável e a transformação estrutural do Brasil**. IFIL, Instituto de Filosofia da Libertação, 2004 -

276 páginas. Disponível em: <http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/fomezero.pdf>.

\_\_\_\_\_. (Org.) Movimento Popular e Subjetividade - A Revolução do Cotidiano. **Coleção Cadernos de Textos**, N.10. CEFURIA, Curitiba, 1991. p. 3-19

\_\_\_\_\_. **Redes de Colaboração Solidária & Tecnologia da Informação**. IFIL. Dezembro, 2000. <http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/tecnologia.htm>

\_\_\_\_\_. **Redes de Economia Solidária**. Entrevistador: Prof.º Dimas Floriani. América Latina Viva – Associada UFPR. Programa de entrevistas da Casa Latino Americana em parceria com a TV da Universidade Federal do Paraná. Entrevista de 07/06/2011. Duração: 29M18S. <http://ufprtv.wordpress.com/2011/06/08/america-latina-viva-070611/>

\_\_\_\_\_. Uma Introdução Conceitual às Filosofias de Libertação. **Revista Libertação – Liberación – Instituto de Filosofia da Libertação**. Curitiba, Paraná, Brasil, nº1, 187 p 25 -80, 2000. Disponível: <http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/umaint.htm>

NUNES, Débora. **Incubação de empreendimentos de economia solidária: uma aplicação da pedagogia da participação**. São Paulo: Annablume, 2009,350p.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

Tygel. Daniel, **Eu vejo a Economia Solidária como uma escola na construção de uma outra sociedade**. Entrevista concedida ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FEBS em 15 de novembro de 2011. Acesso: 12.12.2012. Disponível em: [http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=6569&Itemid=62](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=6569&Itemid=62)

## APÊNDICE

### APÊNDICE 1 - Roteiro de entrevista: rede de colaboração solidária e educação-

Em cumprimento de requisito básico para conclusão do curso de Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia e conluinte deste eu, Rejane Matos, sob orientação do prof. Eduardo Oliveira realizo pesquisa monográfica com proposta central de discutir a temática da economia solidária e a estrutura de redes de colaboração solidária. A problemática nos remete consultar necessariamente o autor deste trabalho intelectual acerca das redes solidária, envolvido diretamente com os processo formativo e entender melhor a experiência a partir de quem é implicado no intuito de qualificar nossa pesquisa a partir de valiosa abordagem consultiva.

Apresentamos a seguir as questões levantadas e a resposta respectivamente resultado de entrevista gravada com o Professor Euclides Mance acerca da implicação da educação com a proposta de formação da cultura solidária como sustentabilidade da rede.

#### IDENTIFICAÇÃO:

Rejane Matos aluna de pedagogia da UFBA entrevista professor

Euclides Mance em 12.09.2012. Entrevista - 14:15 até 15:40 – Salvador/Bahia – Brasil.

#### ROTEIRO DE ENTREVISTA

**1. Quais as práticas de produção de conhecimento nos processos formativos de economia solidária? Como e onde podemos identificá-los? Qual a importância da sistematização nesses processos formativos e qual deve ser o principal eixo para um programa de formação em economia solidária?**

**Resposta:** Toda prática de economia solidária produz conhecimento. Mesmo não



sistematizado, mas toda prática possui a sua teoria.

As diferentes práticas de produção do conhecimento nos processos formativos de economia solidária pelo certo seria adotar uma prática com uma proposta para o Paulo Freire e problematizar a realidade e dialogicamente recuperar conhecimentos elaborados e produzir novos. Nem sempre é assim, em alguns lugares sabe-se que os atores quando fazem práticas formativas da economia solidária pretendem levar aqueles conhecimentos que já estão sistematizados e elaborados como sendo os válidos e verdadeiros que devem orientar a prática desse outros atores. Então, há toda uma memória, uma história da cultura cooperativista, das lutas operárias e alguns atores que tem uma formação marcada por certas linhas políticas ou por certas compreensões acerca da transformação da realidade, quando atuam na área da formação política, não só da economia solidária, mas de qualquer coisa, chegam como portadores de uma verdade que querem que esta seja reproduzida pelos educandos. Quem faz isso pode ter boas intenções, mas na verdade o que ele está fazendo é perder uma oportunidade de junto com aquelas outras pessoas reaprender o que ele já sabe de outro modo ou até mesmo questionar o que ele já sabe a partir de novas vivências, de novas realidades, de novos problemas, de novos contextos. Então, a economia solidária permite a formação e nela deve contribuir para a criação de novos conhecimentos. Nem sempre isso corre a depender da metodologia que é adota por aqueles que atuam no processo pedagógico da formação.

Como cada lugar tem seus desafios é preciso fazer diagnóstico de demandas formativas que é um estudo da práxis em que se análise as principais debilidades dessa práxis em relação aos seus objetivos estratégicos e fazer uma análise das debilidades apontando o que precisa ser feito no enfrentamento delas pelos próprios atores para o aprimoramento da sua práxis e em cima do tratamento das debilidades é que se constrói os conteúdos do processo formativo. Para que os conteúdos tenham a ver com o aprimoramento da própria práxis e possa resolver aquela debilidade que ela tem e que ela possa ser uma práxis mais transformadora. Então, o eixo de formação está relacionado aos principais desafios e principais necessidades desses atores para o fortalecimento da sua própria práxis.

Uma vez que você identifica o eixo temático, a partir daí, define os temas em função dos conteúdos requeridos para o aprimoramento da práxis e seguir os

conteúdos de modo tal que todos eles esteja referidos ao eixo. Ou seja, nenhum conteúdo pode ser trabalhado, sem que ele de algum modo tenha reincidência sobre a demanda formativa real que não é necessariamente aquilo que as pessoas pedem como um curso porque podem solicitar um assunto num curso ou em outro sem na verdade na práxis delas exige naquele momento é outra coisa. A partir das próprias debilidades da práxis é que define os conteúdos que tem de ser articulados no eixo temático da ação formadora.

**2. Existe relação entre os princípios de economia solidária e o software livre? Entre o uso de tecnologias livres e a formação em espaços virtuais? Se existe, é possível pensar a produção e disseminação de cultura e conhecimento em tecnologias livres articuladas com ações formativas em redes virtuais de economia solidária?**

**Resposta:** bom, é importante entender que tanto a economia solidária quanto o software livre estão baseados na noção de expansão das liberdades públicas e privadas. Então, na medida que o software livre e a economia solidária se colocam neste horizonte de criar condições para que as liberdades sejam expandidas, eles tem uma relação entre si. No entanto, nem tudo que é feito no software livre é economia solidária porque muitas vezes o software livre é desenvolvido por empresas capitalistas e pretendem se ver livre da hegemonia de outras que detêm o software para vender seus hardwares. Então, quando alguém que produz hardware investe em software livre para aprimorar um sistema operacional para que esse sistema operacional possa ser vendido junto com o seu hardware para que tenha funcionalidade, isso não significa que essa empresa esteja atuando na economia solidária. Ainda que esteja produzindo software livre. A relação é complexa.

Por outra parte também, se ela não estabelece critérios éticos para a produção do software, permite que este seja incorporado por empresas privadas. No obstante que esta empresa privada possa vender ou não o software com o seu desenvolvimento, mas se o fizer terá que seguir a licença livre. Por outro lado, as empresas capitalistas podem continuar explorando as pessoas e degradando o planeta usando o software livre e isso é totalmente incompatível com a lógica da economia solidária.

É importante que os espaços virtuais utilizem sempre que possível tecnologia livre.

Isso não quer dizer que possa ser utilizada uma tecnologia proprietária na atividade de formação virtual se não houver uma tecnologia livre adequada para realização daquela atividade pedagogicamente requerida. Se formos pensar em diversos ramos do desenvolvimento tecnológico, se faz curso de capacitação na economia solidária e não existe software livre capaz de dar conta das necessidades que outros softwares proprietários, usar o software proprietário não é um problema com relação a realização de uma atividade pedagogicamente voltada para a emancipação dos trabalhadores. Do mesmo modo quando vamos ao mercado e compramos produto para o qual não há similar que existe na economia solidária estamos consumindo um produto que não é solidário. Aí praticamos o tipo de consumo que eu chamo de compulsório. Do mesmo modo é possível usar tecnologias que não são livres em atividades pedagógicas que tem o caráter de libertação.

Qualquer tema pode ser pensado e se pode produzir e disseminar cultura e conhecimento com tecnologias livres. Articuladas em redes. Mas se pergunta: o que é rede articulada de economia solidária? Rede de economia solidaria sem fluxo econômico não é rede de economia solidária. Pode haver uma rede, um fórum eletrônico debatendo economia solidária. Mas as pessoas são uma rede de economia solidária? Caso desenvolvam ações econômicas de maneira solidária sim. Se elas não tem do ponto de vista dos fluxos econômicos da economia solidária é possível ter rede virtual envolvendo pessoas do mundo inteiro, mas não são redes de economia solidária. São redes de diálogo, discussão e debates sobre a economia solidária. Rede econômica tem que ter fluxo econômico. Existe fluxo econômico no ambiente virtual, pode ter fluxos de valor econômico movimentados através créditos eletrônicos. Pode ter. Bens tangíveis que circulam em redes econômicas, pode ter. Agora, é preciso que tenha meio econômico, é preciso que tenha valor econômico, é preciso que tenha representação de valor. Se não tem nada disso, não é rede de economia solidária. Pode ser rede educadora, mas não é rede econômica.

**3. Acerca do currículo no processo de formação quais conteúdos devem ser abordados fundamentalmente para corresponder ao caráter libertário da orientação pedagógica? Quais eixos temáticos podem promover reflexões acerca do consumo solidário, por exemplo?**

**Resposta:** esta pergunta volta à questão metodológica. O que define um eixo temático é o diagnóstico da práxis. É preciso fazer uma análise com os atores, dos seus objetivos estratégicos do ponto de vista dos seus processos de libertação para desde aí fazer uma análise crítica da própria práxis de libertação. Em que medida aquela práxis se volta efetivamente a promover a libertação de todos ou só o interesse de alguns. Em que medida ela tem um compromisso com a sustentabilidade ecológica e preservar o equilíbrio do planeta ou aquilo é mais uma figura de retórica para facilitar a comercialização de algum produto. Então é preciso fazer uma análise muito crítica, muito criteriosa, rigorosa de quais os objetivos estratégicos daqueles atores que estão se organizando. Eles podem ter suas necessidades imediatas, como uma questão chave de ser atendida e deve partir do necessário do imediato, das questões das pessoas. Mas aquele projeto tem que ter um horizonte estratégico de transformação da realidade de exclusão, de dominação, de opressão, de destruição ambiental. Tem que ter um compromisso claro o processo de transformação das estruturas da sociedade para a construção de novas estruturas. Colocado isso, é analisar a práxis que temos neste movimento, nesta organização, neste empreendimento, com este ator. Em que medida ela dá conta de atender suas necessidades imediatas. Porque se ela não atender suas necessidades imediatas dos próprios atores ela vai quebrar. Em que medida ela dá conta de atender as necessidades estratégicas de horizonte de longo prazo. Porque se ela não avança nesse sentido ela vai ser recaptura na lógica sistêmica do capitalismo. Então vamos fazer uma análise das debilidades dessa práxis considerados do ponto de vista econômico, político, cultural, social, nas suas diversas dimensões. Uma vez detectada suas debilidades dessa práxis, onde ela está fracassando, onde ela está errando, onde é que as coisas estão resultando de forma ineficiente. Uma vez feita detecção desses pontos de vulnerabilidade da práxis, então aí sim serão definidos o eixo temático. Porque você vai definir o tema, o que vai ser trabalhado tem a ver com aquelas debilidades da práxis, mas por outro lado o eixo temático tem que conectar com as debilidades, os eixos estratégicos daquele empreendimento. Então não adianta fazer um curso de capacitação que dá cona daquele assunto, se o modo como esse assunto foi abordado não responde às necessidade concretas de fortalecimento daquela práxis. Você pode ter atividades com mais de um eixo temático. É muito mais difícil, mas não é impossível fazer isso. No livro “Como organizar redes solidárias” o primeiro capítulo que é uma questão

pedagógica explica como é um eixo temático, como definir um eixo temático, como definir os conteúdos, como planejar. Então é fundamental que os eixos temáticos estejam claros. Estes eixos temáticos precisam estar articulados com os eixos de luta do próprio empreendimento. Os eixos de luta do ponto de vista da economia solidária no enfrentamento das estruturas e do processo de acumulação capitalista para poder construir um sistema alternativo ao sistema hegemônico central.

Tem alguns aspectos que o educador deve se capacitar para fazer seu trabalho e alguns desses conteúdos que ele deve se capacitar no meu entendimento para entender bem economia solidária na maneira como eu entendo a economia solidária (cada um entende do seu jeito) mas, a reflexão que eu venho produzindo aí desde 1998, onde surgiu esse conceitos de rede, de bem-viver, de consumo solidário, de colaboração solidária, e outros conceitos é o conceito de bem-viver que é um conceito chave que tem de ser compreendido concretamente como uma categoria analítica das situações de opressão e dominação para perceber em que medida a práxis da libertação não volta a ser uma práxis de opressão e dominação e as pessoas imaginam que estão fazendo um processo de libertação e na verdade estão fazendo reproduzindo o processo de opressão. Então é preciso fazer uma análise crítica a partir daquelas quatro condições de possibilidades matérias, de poder, condições de informação e educação e a condição ética. Essas são condições chaves para poder analisar em que medida o bem viver de cada qual está afirmado ou negado, em que medida as ações da economia solidária está contribuindo com o processo de libertação ou em nome da libertação está reproduzindo situações de opressão. Ainda que tenha a ideia de libertadora. É fundamental fazer essa análise crítica. Portanto, esses conteúdos são filosóficos que na minha opinião são importantes para qualquer educador que queira trabalhar com economia solidária tem que entender concretamente da práxis de libertação, pois a economia solidária é uma práxis de libertação. Então ele tem que ter domínio, o educador tem que ter domínios de conteúdo básico, pelo menos, sobre o que é a práxis, sobre as dimensões, cognoscitivas, teleológicas, prática efetivadora, as dimensões afetivas, as dimensões energéticas, as dimensões emocionais, os diversos interpretantes, tudo que está envolvido do ponto de vista semiótico e do ponto de vista histórico com a efetivação de uma ação qualquer da realidade ele tem que entender isso, para que consiga perceber o caráter emancipador e libertador da economia solidária.

Porque do contrário ele vai achar que a economia solidária é libertadora quando ela consegue dar sustentação econômica a um empreendimento e se for assim, houve um reducionismo economicista nesta análise que não capta mais de compreender o sentido efetivamente libertador da economia solidária. Essas condições da compreensão da práxis vão ser depois analisadas do ponto de vista do bem-viver. Este tomado com aquele jogo das quatro categorias analíticas ditas anteriormente que permite então fazer um diagnóstico da práxis sobre as práticas da libertação e da dominação pra ver em que medida a ação de economia solidária incide sobre os meios materiais e econômicos da libertação incide sobre o exercício do poder no processo de libertação, incide sobre a geração e circulação informação, conhecimento, educação no processo de libertação e os atores atuam ou não de forma ética no processo de libertação. É preciso dar conta de todas as dimensões e o educador, para mim, precisa ser competente pra fazer isso. E há uma lacuna muito grande na formação dos nossos educadores. No passado já houve mais cuidado e atenção no modo de como se fazia educação popular. Hoje há menos cuidado nisso. Há perdas de acúmulos importantes e em troca de uma visão que está menos empenhada em construir um poder popular a partir da autorganização dos atores e que está mais interessado em levar aos outros certos conceitos e visões sobre a libertação que teoricamente no horizonte da compreensão que eles têm seriam mais válidos e isso pra mim é um problema porque o espaço de um partido político é um espaço de debate onde os atores levam suas posições e discutem e debatem e perfeito. Mas quando você está num espaço de educação popular cabe ao educador ao mesmo tempo ele diz aquilo que ele pensa ele não pode exigir que os outros pensem segundo aquilo que ele diz. Porque se ele fizer isso ele já não é mais um educador popular. Já não há mais libertação. Existe dominação. Mesmo que o discurso seja um discurso pretensamente libertário. É preciso dar conta de uma análise crítica da própria ação do educador.